



SEMANÁRIO OFICIAL

DO MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA - PR

Distribuição Gratuita



Artigo 37 da Constituição Federal / Artigo 153 da Lei Orgânica Municipal / Criado de acordo com a Lei Municipal 1942/2009

www.jaguariaiva.pr.gov.br

Jaguariaíva, 08 de julho de 2016

12 Páginas / Ano 7 / Edição nº 307



LEIS

LEI Nº 2607/2016.

EMENTA: Inclui a Semana de Prevenção à Gravidez Precoce no Município de Jaguariáiva e dá outras providências.

AUTORIA: Vereadora Sandra Maria Negrini

A Câmara Municipal de Jaguariáiva Aprovou e eu, Presidente do Legislativo Municipal, na forma do disposto no artigo 52, §§2º e 6º da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de novembro de 2002 e artigo 296, § 8º do Regimento Interno, **PROMULGO** a seguinte **LEI**:

Art. 1º - Fica instituída a Semana de Prevenção à Gravidez Precoce no Município de Jaguariáiva, que ocorrerá, na semana do dia 1º de fevereiro de cada ano, antecedendo o Carnaval, em todas as Unidades Básicas de Saúde, na Rede Municipal de Ensino e nas demais repartições públicas municipais, bem como nos meios de comunicação disponíveis no Município.

§ 1º - A semana ora instituída no "caput" deste artigo passará a constar no calendário oficial de datas e eventos do município.

§ 2º - O Poder executivo Municipal poderá estender as atividades dessa semana para outros períodos que entender necessários e convenientes.

Art. 2º - O Poder Executivo Municipal, nessa semana, através de ações integradas entre as secretarias, terá os seguintes objetivos:

I - prevenir a gravidez na adolescência;

II - incentivar e propagar o programa de planejamento familiar ou reprodutivo;

III - prevenir doenças sexualmente transmissíveis (DST);

IV - resgatar as adolescentes para a cidadania através do suporte de assistentes sociais e agentes de saúde;

V - incentivar o ingresso dessas jovens em programas sociais;

VI - informar, sensibilizar e envolver a sociedade em torno da situação da adolescente mãe;

VII - conferir visibilidade social às ações pertinentes à questão, em desenvolvimento no município.

Art. 3º - A Semana de Prevenção à Gravidez Precoce será realizada através de:

I - campanhas de divulgação de todos os serviços disponíveis oferecidos pelas Unidades Básicas de Saúde;

II - educação e orientação sexual;

III - oferecimento de todos os métodos e técnicas de contracepção cientificamente aceita e que não coloquem em risco a vida e a saúde das pessoas, garantida a liberdade de opção;

IV - Incluir as adolescentes nos programas de assistência à saúde da mulher, disponíveis no Município, com ênfase na anticoncepção e orientação sexual, e considerar a assistência a essa faixa etária como uma das prioridades na atenção primária à saúde.

Art. 4º - Para consecução dos objetivos desta Lei, o Poder Executivo poderá:

I - celebrar convênios com Secretarias, delegacias e órgãos de saúde, educação, segurança pública, família e bem-estar social do Estado do Paraná e com outros municípios;

II - estabelecer parcerias com instituições públicas e privadas de ensino superior e técnico, conjuntamente com a colaboração do Poder Judiciário, de autoridades eclesásticas, de instituições religiosas e demais entidades e órgãos de representação da sociedade civil, visando promover palestras, exposições e debates públicos sobre o assunto e temas correlatos, abordando riscos, responsabilidades e consequências sociais, civis e criminais;

III - promover e estimular a realização de programas de orientação e palestras nos estabelecimentos de ensino da Rede Municipal de Ensino, com a participação de psicólogos, médicos, sociólogos, magistrados, advogados, promotores de justiça, professores, pedagogos e demais profissionais que atuem de forma direta e indireta no âmbito da formação, educação, preservação da saúde e dos direitos das crianças e dos adolescentes;

IV - obter apoio, buscar promoção e promover a divulgação junto aos mais diversos meios de comunicação escrita e falada.

Art. 5º - O Poder Executivo Municipal poderá ainda, estabelecer convênios e parcerias com a iniciativa privada e com entidades não governamentais a fim de garantir a implementação das atividades previstas e pretendidas para efetividade da Semana de Prevenção à Gravidez Precoce em nosso município.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Jaguariáiva, em 29 de junho de 2016.

Vereador Adilson Passos Félix
Presidente

LEI nº. 2608/2016

EMENTA: Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover Campanha Incentivadora à Arrecadação do IPTU e ISSQN, com a aquisição e doação de prêmios no Exercício 2016 e dá outras p providências.

AUTORIA: Executivo Municipal

A Câmara Municipal de Jaguariáiva Aprovou e eu, Prefeito Municipal, na forma do disposto no artigo 67 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de novembro de 2002 e Lei Federal nº 4.320/64, **SANCIONO** a seguinte **LEI**:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover campanha incentivadora ao pagamento pontual em cota única ou parcelada do IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano, conforme regulamento no Anexo 01 desta Lei, de acordo com a Lei Federal nº 5768/71 e a art. 20, do Decreto Federal nº 70.951/72.

Art. 2º - A campanha a que se refere o artigo anterior terá como incentivo à doação, sob a forma de premiação, dos seguintes prêmios:

- I – 01 (um) veículo automotor – 0 km;
- II – 01 (um) motocicleta 125 cc – 0 km;
- III – 01 (um) Televisor Smart 42”;
- IV – 01 (um) Televisor Smart 42”;
- V – 01 (um) Televisor Smart 42”;
- VI – 01 (um) Televisor Smart 42”;
- VII – 01 (um) Televisor Smart 42”.

Art. 3º - Os prêmios mencionados no artigo anterior serão sorteados em Praça Pública nas festividades do evento Natal para todos, com acompanhamento da população na data de 20 de dezembro de 2016.

§1º - Concorrerão ao sorteio dos prêmios, os contribuintes que efetuarem o pagamento do IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano em cota única e os pagamentos parcelados referentes ao exercício de 2016 até a data prevista nos boletos para pagamento parcelado.

§2º - Não terão direito ao sorteio os pagamentos efetuados referentes a dívida ativa.

§3º - Não terão direitos ao sorteio, os contribuintes que estiverem com débito anterior com a Fazenda Municipal.

§4º - A Nota Fiscal do prêmio será emitida diretamente pela concessionária revendedora em nome do ganhador.

Art. 4º - Na eventualidade do ganhador de qualquer um dos prêmios mencionados no Artigo 2º, não ter efetuado o pagamento até a data do vencimento, este não terá direito ao prêmio e será realizado um novo sorteio.

Art. 5º - Serão distribuídos 11.646 (onze mil seiscientos e quarenta e seis) carnês de IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano, sendo 11.646 (onze mil e seiscientos e quarenta e seis) em parcela única ou em três parcelas totalizando 34.938 (trinta e quatro mil e noventa e três) parcelas.

§1º - Para pagamento à vista o contribuinte terá direito a 04 (quatro) cupons, já para pagamento parcelado terá direito a 01 (um) cupom.

§2º - Para o contribuinte que solicitar no comércio do Município de Jaguariáiva a nota fiscal eletrônica, com valor superior a 0,5 UFM, ou seja, o equivalente atualmente a R\$ 47,98 (quarenta e sete reais e noventa e oito centavos) terá direito a um cupom para concorrer aos prêmios, sendo necessário trocar sua nota fiscal pelo cupom junto ao Departamento de Tributação.

§3º - Poderão concorrer aos prêmios os proprietários de imóveis que tenham sido cadastrados no sistema de tributos da Prefeitura de Jaguariáiva até o dia 28 de Novembro de 2016.

Art. 6º - Cada carnê equivalerá a 04 (quatro) cupons, quando atendido o pagamento à vista, correspondente ao “Código do Imóvel” no Cadastro Imobiliário da Prefeitura de Jaguariáiva para concorrer os sorteios conforme a opção de quitação do imposto.

§1º - Os carnês eventualmente cancelados terão as cartelas sem qualquer direito à participação nos prêmios.

§2º - Na hipótese do número sorteado pertencer aos cupons cancelados, passa a valer o mesmo critério estabelecido no Artigo 4º da presente Lei.

§3º - Os contribuintes já sorteados do maior para menor estarão excluídos do sorteio subsequente.

Art. 7º - O ganhador deverá apresentar o carnê quitado em seu nome, ou então documento que comprove que o imóvel é de sua propriedade, através de contrato ou declaração do contribuinte com firma reconhecida, caso o carnê contemplado esteja em nome de outra pessoa, para que possa receber o prêmio.

Art. 8º - Caso imóvel esteja alugado ou arrendado, o inquilino ou arrendatário não terá direito ao prêmio.

Art. 9º - Não terão direito aos prêmios, os contribuintes isentos do pagamento do IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano, mesmo que tenha sido emitido o respectivo carnê.

Art. 10 - Na hipótese de constatação de erro quando da emissão do carnê de cobrança do imposto, o contribuinte deverá solicitar a retificação e efetuar o pagamento até a data estabelecida para pagamento em cota única ou parcelada, para que possa participar dos sorteios.

Art. 11 - Perderá o direito de receber o prêmio o contribuinte contemplado que não efetuar a retirada junto a Prefeitura Municipal no prazo de 30 (trinta) dias, após a publicação do resultado, destinando-se o prêmio à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Parágrafo Único - A Fazenda Pública do Município publicará na Imprensa Oficial o ganhador do prêmio dentro de 05 (cinco) dias úteis após a realização dos sorteios.

Art. 12 - Para fazer face às despesas decorrentes da campanha referida na presente Lei, o Poder Executivo abrirá dotação orçamentária específica.

Art. 13 - O Prefeito Municipal poderá regulamentar através de decreto outros sorteios de prêmios que visem incentivar o pagamento de impostos ao Município, com supedâneo nesta Lei.

Art. 14 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, 01 de julho de 2016.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

ANEXO I

Regulamento da Campanha Jaguariáiva em Recuperação Fiscal

A promoção denominada JAGUARIAÍVA EM RECUPERAÇÃO FISCAL tem como objetivo incentivar a população de JAGUARIAÍVA a pagar em dia o IPTU, além disso, incentiva a solicitação pela população de emissão da nota fiscal do ISSQN, no valor igual ou superior a 50% da Unidade Fiscal do Município, sendo que este também terá direito a um cupom. O pagamento do IPTU poderá ser realizado através da seguinte forma: em cota única ou parcelada. Essa promoção será válida até 20 de dezembro de 2016, para todas as pessoas físicas e jurídicas proprietárias de áreas territoriais e/ou prediais desde que estejam regularizadas e sem débitos com o Município até 20 de dezembro de 2016. Caso a área esteja em nome de terceiro, o contribuinte deverá comprovar a compra da mesma através de contrato de compra e venda ou Escritura Pública. Serão distribuídos os prêmios de acordo com art. 2º desta Lei. Os prêmios serão sorteados no dia 20 de dezembro de 2016 em praça pública junto com as festividades do “Natal para Todos”. Os prêmios serão divididos em categorias. O sorteio será realizado da seguinte forma: primeira categoria, objeto constante no inciso I do art. 2º desta Lei (veículo automotor), segunda categoria, o objeto constante no inciso II do art. 2º desta Lei (motocicleta), terceira categoria, objeto constante no inciso III do art. 2º (televisor), quarta categoria, objeto constante no inciso IV do art. 2º (televisor), quinta categoria, objeto constante no inciso V do art. 2º (televisor), sexta categoria, objeto constante no inciso VI do art. 2º (televisor) e sétima categoria, objeto constante no inciso VII do art. 2º (televisor). **Resolve-se que o mesmo contribuinte não poderá ganhar mais de um prêmio por categoria.** Serão considerados para fins de sorteio todos os pagamentos efetuados em dia. O pagamento realizado em quota única dará direito ao contribuinte a 04 (quatro) cupons e os pagamentos que forem efetuados de forma parcelada, dará direito 01 (hum) cupom. A cada nota fiscal do ISSQN no valor igual ou superior a 50% da Unidade Fiscal do Município (R\$ 47,98), solicitada no comércio local, dará direito a um cupom. As notas fiscais deverão ser apresentadas no Departamento de Tributação para serem trocadas por cupons. Os cupons deverão ser preenchidos com todos os dados pessoais do contribuinte nome completos, endereço (inclusive CEP), telefone, CIRG e CPF/MF. A inscrição cadastral será condicionada no cupom. Os cupons deverão ser depositados na urna na sede da Prefeitura. Os prêmios serão entregues aos contemplados no dia do sorteio ou estes terão o prazo de 30 dias contados da data da publicação do resultado, para retirá-los na sede da Prefeitura Municipal de Jaguariáiva. Fica vedada a participação do Prefeito Municipal, Vereadores e Secretários Municipais e respectivos parentes até o 1º grau na presente campanha. Os participantes desde já autorizam a Prefeitura Municipal de Jaguariáiva a divulgar o uso de seus nomes, imagem som e vozes, até um ano após o encerramento da promoção, seja em mídia impressa eletrônica ou qualquer outro material publicitário sem ônus. A participação nesta promoção implicará na aceitação total e irrestrita de todas as cláusulas contida neste regulamento, sendo que eventuais dívidas serão dirimidas pela Procuradoria Municipal de Jaguariáiva e posteriormente, submetidas à Secretaria Municipal de Finanças. Uma cópia do regulamento desta campanha permanecerá no Departamento de Tributação para consulta. Esta promoção será autorizada de acordo com que dispõe o artigo 20 do Decreto nº 70.951, de 09 de agosto de 1972 que regulamenta a Lei Federal nº 5.768 de 20 de dezembro de 1971. Este regulamento encontra-se registrado no Cartório de Título e Documento de Jaguariáiva. Fica eleito o foro de Jaguariáiva como o competente para dirimir eventuais dúvidas oriundas deste regulamento.

Paço Municipal, 01 de julho de 2016.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito



DECRETOS

DECRETO nº. 255/2016

SÚMULA: Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 230.607,17 (duzentos e trinta mil seiscientos e sete reais e dezessete centavos).

O Prefeito de Jaguariáiva, Estado do Paraná, **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 67 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de novembro de 2002 e Lei Federal nº. 4.320/64 e Lei Municipal nº. 2.582 de 23 de dezembro de 2015,

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município de Jaguariáiva, no Corrente Execução Financeiro, um Crédito Adicional Suplementar, no valor de **R\$ 230.607,17** (duzentos e trinta mil seiscientos e sete reais e dezessete centavos).

02 SECRETARIA MUNICIPAL GOVERNO
02.01 Departamento de Expediente
24.131.0014.2.007 Publicações de Atos Oficiais
607 3.3.90.39.00.00 300000 OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 20.880,00
Total: 20.880,00

10 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
10.02 Departamento de Educação
12.361.0004.2.041 Manutenção dos Serviços Administrativos da SMECE
176 3.3.90.36.00.00 100103 OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS – PESSOA FÍSICA 30.330,17
12.365.0004.2.044 Manutenção da Educação Infantil
554 3.1.90.11.00.00 300147 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL 81.000,00
557 3.1.90.16.00.00 300147 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS – PESSOAL CIVIL 12.000,00
555 3.1.91.13.00.00 300147 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 8.000,00
565 4.4.90.52.00.00 300136 EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE 9.400,00
Total: 140.730,17

11 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
11.01 Fundo Municipal de Saúde
10.302.0019.2.075 Manutenção do Hospital Municipal Carolina Lupian
360 3.3.90.36.00.00 100309 OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS – PESSOA FÍSICA 55.317,00
12.361.0004.2.007 Publicações de Atos Oficiais
10.301.0018.2.045 Manutenção de Atenção Básica de Saúde – PAB-FIXO
330 3.3.90.39.00.00 100495 OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 13.680,00
Total da Suplementação: 68.997,00
Total Geral Suplementado: 230.607,17

Art. 2º - Constitui recursos para cobertura do Crédito Adicional Suplementar de acordo com o disposto no art. 43, § 1º, da Lei Federal nº. 4.320/64, os seguintes recursos:

I – oriundos da anulação das seguintes dotações:
10 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
10.02 Departamento de Educação
12.361.0004.2.041 Manutenção dos Serviços Administrativos da SMECE
176 3.3.90.36.00.00 100103 OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS – PESSOA FÍSICA 30.330,17
12.365.0004.2.044 Manutenção da Educação Infantil
554 3.1.90.11.00.00 300147 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL 81.000,00
557 3.1.90.16.00.00 300147 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS – PESSOAL CIVIL 12.000,00
555 3.1.91.13.00.00 300147 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 8.000,00
565 4.4.90.52.00.00 300136 EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE 9.400,00
Total Anulado: 30.330,17

11 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
11.01 Fundo Municipal de Saúde
10.302.0019.2.075 Manutenção do Hospital Municipal Carolina Lupian
360 3.3.90.36.00.00 100309 OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS – PESSOA FÍSICA 55.317,00



Acesse o site e fique por dentro das últimas notícias e dos Atos Oficiais em nosso município

WWW.JAGUARIAIVA.PR.GOV.BR



Telefones

Prefeitura Municipal de Jaguaraiava
Fone: (43)3535-9400
Fax: (43)3535-9422

SECRETARIAS:

-Procuradoria Geral do Município	Ramal: 9411
-Procon	3535-2937
-Governo	9474
-Administração e Recursos Humanos	9404
-Comunicação Social	3535-5638
-Finanças	9407
-Planejamento	9405
-Desenvolvimento social	3535-3363
-Agropecuária e Meio Ambiente	3535-6358
-Educação, Cultura e Esporte	3535-1200
-Saúde	3535-2122
-Infraestrutura e Habitação	9408
-Indústria Comércio e Turismo	3535-7935
Serv. Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE	0800-6431579
Instituto Previdência e Assistência Servidor Público - IPAS	3535-4909
Câmara Municipal de Jaguaraiava	3535-8750 / 3535-8751
Clínica Municipal de Fisioterapia Rosalina Miranda Brunetti	3535-3371
Museu Histórico Municipal Conde Francisco Matarazzo e	
Espaço Cultural Maria Timm	3535-4226

TELEFONES ÚTEIS

Hospital Carolina Lupion	3535-5070
Unidade Central de Saúde	3535-7969
Unidade de Saúde Dr. Domingos Cunha	3535-6826
Unidade de Saúde Dr. Américo Faustino de Carvalho	3535-3823
Polícia Militar	9979-7959 / 3535-2549
Delegacia de Polícia	3535-1173
Corpo de Bombeiros	193 / 3535-6145
Fórum	3535-1256
Cartório Eleitoral	3535-1404
Copel	0800-5100116
Biblioteca Pública Municipal	3535-6317
Biblioteca Cidadão Monteiro Lobato	3535-7950
Junta Serviço Militar	3535-5382
Ciretran	3535-5008
Cartório Tutelar	
Cartório Registro Civil	3535-1735
Cartório Registro de Imóveis	3535-1338
Rádio Jaguaraiava	3535-1144
Agência do Trabalhador	3535-1876
Aciaja - Assoc. Comercial, Industrial e Agropecuária	3535-2400

DISQUE DENÚNCIA

Polícia Militar do Norte Pioneiro	(43)3525-1109
PM Comando Policiamento do Interior	(42)3222-6677
Contra abuso e exploração sexual de Crianças e adolescentes	100
Contra o narcotráfico	181
Polícia Civil	197
Violência contra mulher	180

GOVERNO DO ESTADO

Ouvidoria do Estado.....	0800-411113 ou 233-0029
Ouvidoria da Secretaria da Saúde.....	330-4415
Ouvidoria da Polícia Militar.....	0800-410090 ou 224-3232
Sanepar.....	115
Copel.....	0800-410196
Detran.....	0800-6437373



EXPEDIENTE



Semanário Oficial do Município de Jaguaraiava

- Artigo 37 da Constituição Federal
- Lei Estadual Complementar 137/2011
- Artigo 153 da Lei Orgânica Municipal
- Criado de acordo com a Lei municipal 1942/2009
- ACORDÃO nº 216 de 11/09/2009
- Publicado no AOTC nº 216 de 11/09/2009
- Publicado no D.O.E em 14/10/2009

ESTA É UMA PUBLICAÇÃO SEMANAL COM
DISTRIBUIÇÃO GRATUITA NAS BANCAS DE
JORNAL E REPARTIÇÕES PÚBLICAS.

Secretaria Municipal de Comunicação Social
Rua Leônidas Ferreira de Barros, s/n - Cidade Alta
Fone: (43) 3535-5638

Email: comunicacao@jaguaraiava.pr.gov.br

Cintia Kappke Medeiros - MTB. nº 3621 - PR
Jornalista Responsável

Guarani Artes Gráficas
Rua Sérgio Nunes de Oliveira, 910 - Glória - Itararé - SP
CEP: 18460-000 / F: (15) 3532 - 4732
CNPJ: 50.051.531/0001 - 81

118.500 EXEMPLARES

Distribuição de exemplares do Semanário Oficial do Município de Jaguaraiava

Gabinete do Prefeito (05), Secretaria de Administração e Recursos Humanos (10), Secretaria de Comunicação Social (10), Secretaria de Finanças e Planejamento (10), Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente (10), Secretaria de Saúde (10), Secretaria de Desenvolvimento Social (10), Secretaria de Educação, Cultura e Esporte e Escolas Municipais (60), Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo (30), Secretaria de Infraestrutura e Habitação (10), Procuradoria Geral do Município (10), Samae (10), IPASPMJ (10), Departamento de arquivo e Patrimônio (05), Departamento de Ensino Profissionalizante e Escolas Estaduais (15), Recepção da Prefeitura (20), Departamento de Compras e Licitação (05), Câmara Municipal (20), Departamento de Tributação (05), Hospital Carolina Lupion (10), Fórum (03), TRE (03), Delegacia de Polícia (03), Vara do Trabalho (03), 2ª Pelotão da PM (03), Corpo de Bombeiros (03), Casa da Cidadania (03), Ciretran (03), IBGE (03), Junta Serviço Militar (03), Procon (03), Agência do Trabalhador (03), Biblioteca Pública Municipal (05), Biblioteca Cidadã (03), Casa dos Conselhos (05), Garagem Municipal (05), Emater (03), Espaço Cultural Maria Tim (03), Museu Histórico (03), Panfletadora Pão Nosso (10)

364.33.90.39.00.00 100369 OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	55.317,00
10.301.0018.2.069 Program de Atenção Básica de Saúde – PAB-FIXO	13.680,00
331.4.4.90.52.00.00 100495 EQ UIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	68.997,00
Total Anulado:	99.327,17

II – Oriundos do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2015:	
Fonte	Descrição
300136	Recurso CEMEI - Bairro Matarazzo
300147	Recurso CEMEI - Maria Luiza Pietruchinski Matos
300000	Recursos Livres – arrecadação exercício anterior
	Total: 131.280,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Publique-se, registre-se e anote-se.

Gabinete do Prefeito, 01 de julho de 2016.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

HISSASHI UMEZU
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CÍCERO VIEIRA TORRES NETO
Secretário Municipal de Finanças

NARA GISELLE BUENO
Secretária Municipal de Planejamento

DECRETO nº. 256/2016

SÚMULA: Estabelece a forma de amortização do Déficit Técnico do RPPS do Município de Jaguaraiava e dá outras providências.

O Prefeito de Jaguaraiava, Estado do Paraná, **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 67 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de novembro de 2002 e em especial o estabelecido no artigo 3º da Lei Municipal nº. 2040/2009,

DECRETA

Art. 1º - A amortização do Déficit Técnico do RPPS – Regime Próprio de Previdência Social do Município de Jaguaraiava – PR para os exercícios seguintes será feito através de aporte financeiro no valor de **R\$ 2.833.159,68 (dois milhões, oitocentos e trinta e três mil, cento e cinquenta e nove reais e sessenta e oito centavos)**, conforme resultado da avaliação atuarial relativo a data base de 31/12/2014, elaborado pela Caixa Econômica Federal.

Art. 2º - A amortização do Déficit Técnico do RPPS – Regime Próprio de Previdência Social do Município de Jaguaraiava – PR para os exercícios seguintes será feito através de aportes financeiros anuais conforme resultado da avaliação atuarial relativo a data base de 31/12/2014, elaborado pela Caixa Econômica Federal, a saber:

ANO	PORTE
2016	R\$ 3.296.680,85
2017	R\$ 3.744.202,04
2018	R\$ 4.229.723,31
2019	R\$ 4.695.244,39
2020	R\$ 5.160.765,56

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Publique-se, registre-se e anote-se.

Gabinete do Prefeito, 01 de julho de 2016.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

HISSASHI UMEZU
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CÍCERO VIEIRA TORRES NETO
Secretário Municipal de Finanças

NARA GISELLE BUENO
Secretária Municipal de Planejamento

CARLOS PEREZ GOMEZ
Presidente do IPASPMJ

DECRETO nº. 257/2016

Súmula: Dispõe sobre a prorrogação de Processo Administrativo Disciplinar em face de Daniel Dias e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Jaguaraiava, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 67, incisos X e XXV da Lei Orgânica, e de acordo com o Decreto nº. 012/2016, que constituiu a C.A.D.P. - Comissão Administrativa Disciplinar Permanente,

DECRETA

Art. 1º. Fica prorrogado Processo Administrativo Disciplinar para apuração dos fatos e responsabilidades praticados por Daniel Dias, servidor público municipal, ocupante do cargo em provimento efetivo de Motorista de Veículos Leves, sob matrícula nº. 1766, tendo em vista o contido no Protocolo Geral sob nº. 01666/2016.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 04 de julho de 2016.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito

HISSASHI UMEZU
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CÍCERO VIEIRA TORRES NETO
Secretário Municipal de Finanças

TANIA MARISTELA MUNHOZ
Procuradora Geral do Município

DECRETO nº. 258/2016

Súmula: Dispõe sobre a prorrogação de Processo Administrativo Disciplinar em face de Leonardo Alves Ribeiro e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Jaguaraiava, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 67, incisos X e XXV da Lei Orgânica, e de acordo com o Decreto nº. 012/2016, que constituiu a C.A.D.P. - Comissão Administrativa Disciplinar Permanente,

DECRETA

Art. 1º. Fica prorrogado o Processo Administrativo Disciplinar para apuração dos fatos e responsabilidades praticados por Leonardo Alves Ribeiro, servidor público municipal, ocupante do cargo em provimento efetivo de motorista C, D e E, sob matrícula nº 3318, tendo em vista os fatos ocorridos na data de 13 de fevereiro de 2016 no transporte de paciente do Hospital Municipal Carolina Lupion para o Hospital Waldemar Monasterin em Campo Largo, conforme contido no protocolo geral nº. 01795/2016.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 04 de julho de 2016.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito

HISSASHI UMEZU
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CÍCERO VIEIRA TORRES NETO
Secretário Municipal de Finanças

TANIA MARISTELA MUNHOZ
Procuradora Geral do Município

DECRETO nº. 259/2016

Súmula: Dispõe sobre a instauração de sindicância para averiguação dos fatos constantes no Protocolo Geral sob nº. 06913/2016 e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Jaguaraiava, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 67, incisos X e XXV da Lei Orgânica, e de acordo com o Decreto nº. 012/2016, que constituiu a C.A.D.P. - Comissão Administrativa Disciplinar Permanente,

DECRETA

Art. 1º. Fica instaurada sindicância para apuração dos fatos e responsabilidades descritos no Protocolo Geral sob nº. 06913/2016, que informa sobre atos de vandalismo em relógios pontos da Prefeitura.

Art. 2º. A comissão sindicante, conforme dispõe o Decreto nº. 012/2016 será composta dos seguintes membros: Presidente: Lucas Madureira Ferreira; Secretária: Patrícia de Souza Setter; Membros: Silvana Aparecida Lopes Valengo Kojo, Vinícius Weigert e José Sidnei Lozeski Filho.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 04 de julho de 2016.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito

HISSASHI UMEZU
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CÍCERO VIEIRA TORRES NETO
Secretário Municipal de Finanças

TANIA MARISTELA MUNHOZ
Procuradora Geral do Município

DECRETO nº. 260/2016

Súmula: Dispõe sobre a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em face de Jorge Gabriel Iared e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Jaguaraiava, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 67, incisos X e XXV da Lei Orgânica, e de acordo com o Decreto nº. 012/2016, que constituiu a C.A.D.P. - Comissão Administrativa Disciplinar Permanente,

DECRETA

Art. 1º. Fica instaurado Processo Administrativo Disciplinar para apuração dos fatos e responsabilidades praticados por Jorge Gabriel Iared, servidor público municipal, ocupante do cargo em provimento efetivo de Guardião Patrimonial, sob matrícula nº. 03870, tendo em vista o contido no Protocolo Geral sob nº. 07770/2016.

Art. 2º. A comissão processante, conforme dispõe o Decreto nº. 012/2016 será composta dos seguintes membros: Presidente: Lucas Madureira Ferreira; Secretária: Patrícia de Souza Setter; Membros: Silvana Aparecida Lopes Valengo Kojo, Vinícius Weigert e José Sidnei Lozeski Filho.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 04 de julho de 2016.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito

HISSASHI UMEZU
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CÍCERO VIEIRA TORRES NETO
Secretário Municipal de Finanças

TANIA MARISTELA MUNHOZ
Procuradora Geral do Município

DECRETO nº. 261/2016

O Prefeito de Jaguaraiava, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigo 67, inciso X, XI e XXIV da Lei Orgânica do Município, artigo 68 § 1º da Lei Municipal 2155/2010, e Considerando os Protocolos nºs. 07466/2016, 07572/2016 e 07593/2016 abrangendo com Adicional de Insalubridade conforme PPRA e PCMSO, Laudado por Função e Cargo pelo Técnico em Segurança do Trabalho, Sr. Maikon Joaquim Prudente MTB PR/022305 e corroborado pelo Médico do Trabalho, Doutor Samuel Stalshmidt CRM/PR 25332,

RESOLVE

Artigo 1º. CONCEDER Adicional de Insalubridade de 20% (vinte por cento) do salário mínimo nacional as servidoras com cargo em provimento efetivo, abaixo nominadas:

Matr.	Servidor	Cargo
4869	LETICIA BORGES KUBILASS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
936	ALESSANDRA DA SILVA	ZELADORA
5165	LUCIMARA APARECIDA DE JESUS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Artigo 2º. Este Decreto entra em vigor na presente data.

Artigo 3º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 07 de julho de 2016.

JOSÉ SLOBODA

Prefeito

HISSASHI UMEZU

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

DECRETO nº. 254/2016

O Prefeito de Jaguaraiava, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigo 67, inciso X e XI da Lei Orgânica do Município,

Considerando o Convênio de Cooperação entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná e a Prefeitura Municipal de Jaguaraiava, nos termos da cláusula primeira;

Considerando o que dispõe a subcláusula primeira, inciso I, alínea "b" do convênio celebrado entre as partes "1- Objetivos gerais do presente objeto: I Contribuir no desenvolvimento de ações que auxiliem no ensino pesquisa e extensão entre os participantes, através de ações, projetos e trabalhos em conjunto que ampliem: (...) disponibilidade de recursos humanos";

Considerando o que dispõe o Inquérito Civil nº. 0072.15.000.2268 que tramitou junto a 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Jaguaraiava e a Determinação Judicial para o início das atividades do Laboratório de Análises Clínicas e Imagem no prazo de 240 (duzentos e quarenta) dias;

Considerando as qualificações técnicas da profissional Adriana Ferreira Gama, bem como a escassez de profissionais no quadro de servidores do Município para assunção da responsabilidade técnica para coordenação do Laboratório;

Considerando a Nota Técnica nº. 123/2016/DNNP/PROCEFI/IPFR, que trata da possibilidade da cessão da servidora Adriana Ferreira Gama para o Laboratório de Análises Clínicas e Imagem do Município de Jaguaraiava,

DECRETA

Artigo 1º. **NOMEIA**, para exercer a função de **RESPONSÁVEL TÉCNICA PELO LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS E IMAGEM** do Município de Jaguaraiava, a Senhora **ADRIANA FERREIRA GAMA**, brasileira, solteira, Brasileira, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. 5.147.208-3 SEESP-PR e inscrita no CPF/MF sob nº. 773.773.709-04, residente e domiciliada nesta cidade, à Rua Djalma Camargo, 43 – Jardim Matarazzo.

Artigo 2º. A servidora fará às 16 (dezesseis) horas de carga horária de extensão junto às atividades correlacionadas ao Laboratório de Análises Clínicas e Imagem do Município de Jaguaraiava.

Artigo 3º. A cessão será pelo prazo de 01 (um) ano, podendo ser prorrogada por pedido formal do Município e anuência do cedente.

Artigo 4º. Os serviços prestados serão sem ônus ao Município, em conformidade com o Convênio firmado entre a municipalidade e o IPFR - Instituto Federal do Paraná.

Artigo 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Artigo 6º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 01 de julho de 2016.

JOSÉ SLOBODA

Prefeito

HISSASHI UMEZU

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CICERO VIEIRA TORRES NETO

Secretário Municipal de Finanças

TANIA MARISTELA MUNHOZ

Procuradora Geral do Município

MARLUS BARBOSA PEREIRA

Secretário Municipal de Saúde

Replicado por Incorreção.



EXTRATO. PROTOCOLO GERAL 6837/2016. TERMO CONVÊNIO. Nº 290/2016. EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ASSISTENCIAIS – RECURSO VINCULADO. CONVENIADA: CASA DA ESPERANÇA. CNPJ/MF 22.393.265/0001-30. Valor do Repasse: R\$ 16.986,77 (dezesseis mil novecentos e oitenta e seis reais e setenta e sete centavos). VIGÊNCIA: 01/11/2016. ASSINATURA: 05 DE JULHO DE 2016.

EXTRATO. PROTOCOLO GERAL 6837/2016. TERMO CONVÊNIO. Nº 289/2016. EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ASSISTENCIAIS – RECURSO VINCULADO. CONVENIADA: CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL MARIA MACULADA. CNPJ/MF 77.730.670/0001-61. Valor do Repasse: R\$ 16.986,77 (dezesseis mil novecentos e oitenta e seis reais e setenta e sete centavos). VIGÊNCIA: 01/11/2016. ASSINATURA: 05 DE JULHO DE 2016.

EXTRATO. PROTOCOLO GERAL 6837/2016. TERMO CONVÊNIO. Nº 292/2016. EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ASSISTENCIAIS – RECURSO VINCULADO. CONVENIADA: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JAGUARIAÍVA. CNPJ/MF 77.477.115/0001-04. Valor do Repasse: R\$ 20.000,00(vinte mil reais). VIGÊNCIA: 01/11/2016. ASSINATURA: 05 DE JULHO DE 2016.

EXTRATO. PROTOCOLO GERAL 6837/2016. TERMO CONVÊNIO. Nº 291/2016. EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ASSISTENCIAIS – RECURSO VINCULADO. CONVENIADA: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JAGUARIAÍVA. CNPJ/MF 77.477.115/0001-04. Valor do Repasse: R\$ 25.480,16 (vinte e cinco mil quatrocentos e oitenta reais e dezesseis centavos). VIGÊNCIA: 01/11/2016. ASSINATURA: 05 DE JULHO DE 2016.

EXTRATO. REPUBLICADO EM RAZÃO DA DESCLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA B B W DO BRASIL COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS EIRELI - EPP. CNPJ nº 17.450.564/0001-29. PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2016. OBJETO: Registro de Preço para eventual aquisição de pneus, câmaras e protostos para serem utilizados nos veículos da frota municipal, conforme necessidade de diversas secretarias. Abertura: 28/03/2016. Homologação: 12/04/2016. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 135/2016. CONTRATADO: FABIANE A SZYCHTA TYSKI & CIA LTDA ME. CNPJ nº 05.071.189/0001-27. Estimativa de Fornecimento: R\$ 372.514,00 (trezentos e setenta e dois mil quinhentos e quatorze reais). Vigência: 12 meses. Assinatura: 18 de abril de 2016. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 136/2016. CONTRATADO: PNEUTEK COMÉRCIO DE PNEUS LTDA ME. CNPJ nº 12.272.655/0001-06. Estimativa de Fornecimento: R\$ 159.792,00 (cento e cinquenta e nove mil setecentos e noventa e dois reais). Vigência: 12 meses. Assinatura: 13 de maio de 2016.

EXTRATO. 1º TERMO ADITIVO. PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2016. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 194/2016. CONTRATADA: C A DE L TONELLI ITARARE LTDA. CNPJ/MF nº 01.527.554/0001-04. OBJETO: para o reequilíbrio econômico financeiro, ajusta-se o Registro de Preço do Item 01 da Ata de Preços, no percentual de 25,52%, passando a estabelecer a CESTA FAMILIA CIDADÃ ao valor da unidade para o fornecimento o valor de R\$ 121,75 (cento e vinte e um reais e setenta e cinco centavos). Assinatura: 1º de julho de 2016.

EXTRATO. PREGÃO PRESENCIAL Nº 056/2016. OBJETO: aquisição de diversos equipamentos necessários para atender as instituições Escolares, Culturais e Esportivas da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 286/2016. CONTRATADO: GEFLEX INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME. CNPJ nº 14.843.102/0001-30. Valor Global Contratual: R\$ 10.336,00 (dez mil trezentos e trinta e seis reais). Vigência: 31 de dezembro de 2016. Assinatura: 05 de julho de 2016. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 285/2016. CONTRATADO: FLAVIA ROBERTA DE CARVALHO RODRIGUES ME. CNPJ nº 17.641.384/0001-24. Valor Global contratual R\$ 2.768,80 (dois mil setecentos e sessenta e oito reais e oitenta centavos). Vigência: 31 de dezembro de 2016. Assinatura: 5 de julho de 2016. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 289/2016. Contratado: WF DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA EIRELI – ME. CNPJ nº 12.727.278/0001-44. Valor Global contratual R\$ 25.872,70 (vinte e cinco mil oitocentos e setenta e dois reais e setenta centavos). Vigência: 31 de dezembro de 2016. Assinatura: 05 de julho de 2016. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 287/2016. Contratado: LICIMASTER COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA EIRELI ME. CNPJ Nº 13.236.847/0001-11. Valor Global contratual R\$ 19.843,00 (dezenove mil oitocentos e quarenta e três reais). Vigência: 31 de dezembro de 2016. Assinatura: 05 de julho de 2016.

EXTRATO. PREGÃO PRESENCIAL Nº 64/2016. OBJETO: Contratação de empresa para realizar serviço de encadernação de impressos dos Ato do Poder Executivo (leis, Decretos e Ofícios Exercício 2013 a 2015). CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 293/2016. CONTRATADO: JAGUAR ARTES GRÁFICAS LTDA ME. CNPJ/MF nº 03.493.429/0001-56. VALOR GLOBAL CONTRATUAL: R\$ 4.490,00 (quatro mil quatrocentos e noventa reais). VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2016. ASSINATURA: 05 DE JULHO DE 2016.

EXTRATO. PREGÃO PRESENCIAL Nº 65/2016. OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO DO TIPO SEMIRREBOQUE para atender as necessidades do Departamento de Garagem e Oficina. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 281/2016. CONTRATADO: TRIEL – HT INDÚSTRIA E PARTICIPAÇÕES S/A. CNPJ/MF nº 89.422.042/0001-24. VALOR GLOBAL CONTRATUAL: R\$ 74.500,00 (setenta e quatro mil e quinhentos reais). VIGÊNCIA: 30 de dezembro de 2016. ASSINATURA: 05 DE JULHO DE 2016.

EXTRATO. TERMO DE CONVÊNIO 080/2015. CONVENIADA: ASILO LAR BOM JESUS. C.N.P.J.M.F. Nº 77.730.570/0001-61. CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA-PR. C.N.P.J.M.F. Nº 95.686.507/0001-57. OBJETO: Manutenção da Entidade, conforme a inclusão do plano de trabalho e aplicação apresentado ao Protocolo Geral nº 6411/2016. REPASSE: R\$ 47.156,73 (quarenta e sete mil cento e cinquenta e seis reais e setenta e três centavos). Recurso Livre. ASSINATURA: 24 de junho de 2016.

EXTRATO. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 24/2016. OBJETO: Contratação da Empresa especializada para implantação de sistema de informatização da Secretaria Municipal de Saúde. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 294/2016. CONTRATO: SUPREMA SERVICE LTDA ME. CNPJ/MF Nº 12.110.767/0001-52. Vigência: 6 meses. Valor Global Contratual: R\$ 5.910,00 (cinco mil novecentos e dez reais). Assinatura: 24 de junho de 2016.

EXTRATO. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. PROTOCOLO GERAL 7974/2016. OBJETO: Contratação de serviços para o desenvolvimento de programa de atração de investimentos produtivos para o Município de Jaguaraiava. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 280/2016. CONTRATADA: AGÊNCIA PARANÁ DE DESENVOLVIMENTO – APD. CNPJ/MF nº 17.269926/0001-80. VALOR GLOBAL CONTRATUAL R\$ 70.000,00 (setenta mil reais). VIGÊNCIA: 12 meses. Assinatura: 30 de junho de 2016.

EXTRATO. PREGÃO PRESENCIAL Nº 054/2016. OBJETO: aquisição de brinquedos para educação infantil das escolas e CEMEIS conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Educação. Abertura: 31/05/2016.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 272/2016. CONTRATADA: DOCE INFÂNCIA MÓVEIS E BRINQUEDOS LTDA EPP. CNPJ/MF Nº 21.863.308/0001-30. Valor Global Contratual: R\$ 951,05 (novecentos e cinquenta e um reais e cinco centavos). VIGÊNCIA: 90 dias. Assinatura: 23 de junho de 2016.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 273/2016. CONTRATADA: EMPRESA EKIPSUL COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EDUCACIONAIS LTDA EPP. CNPJ/MF Nº 04.803.900/0001-84. Valor Global Contratual: R\$ 14.516,65 (quatorze mil quinhentos e dezesseis reais e sessenta e cinco centavos). VIGÊNCIA: 90 dias. Assinatura: 23 de junho de 2016.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 274/2016. CONTRATADA: EMPRESA FERNANDO PEREIRA E CIA LTDA EPP. CNPJ/MF Nº 17.227.691/0001-63. Valor Global Contratual: R\$ 2.424,00 (dois mil quatrocentos e vinte e quatro reais). VIGÊNCIA: 90 dias. Assinatura: 23 de junho de 2016.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 275/2016. CONTRATADA: L B T COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EDUCACIONAIS LTDA. CNPJ/MF Nº 21.863.308/0001-30. Valor Global Contratual: R\$ 4.108,50 (quatro mil cento e oito reais e cinquenta centavos). VIGÊNCIA: 90 dias. Assinatura: 23 de junho de 2016.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 276/2016. CONTRATADA: MAGALI GARCIA SANTOS. CNPJ/MF Nº 03.097.981/0001-25. Valor Global Contratual: R\$ 8.490,00 (oito mil quatrocentos e noventa reais). VIGÊNCIA: 90 dias. Assinatura: 23 de junho de 2016.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 277/2016. CONTRATADA: REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA ME. CNPJ/MF Nº 79.912.788/0001-62. Valor Global Contratual: R\$ 8.651,55 (oito mil seiscentos e cinquenta e um reais e cinquenta e cinco centavos). VIGÊNCIA: 90 dias. Assinatura: 23 de junho de 2016.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 278/2016. CONTRATADA: RODRIGO JOSE NOVOTNI ME. CNPJ/MF Nº 23.104.384/0001-98. Valor Global Contratual: R\$ 6.836,05 (seis mil oitocentos e trinta e seis reais e cinco centavos). VIGÊNCIA: 90 dias. Assinatura: 23 de junho de 2016.

EXTRATO. PREGÃO PRESENCIAL Nº 066/2016. OBJETO: Contratação da empresa para manutenção elétrica dos veículos pesados e leves para Frota Municipal. Abertura: 15/06/2016. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 279/2016. CONTRATADA: GILMAR DE MOURO JORGE ME. CNPJ/MF Nº 81.449.753/0001-80. Valor Global Contratual: R\$ 182.750,00 (cento e oitenta e dois mil setecentos e cinquenta reais). VIGÊNCIA: 12 meses. Assinatura: 23 de junho de 2016.

EXTRATO. REPUBLICADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2016. OBJETO: Contratação de Empresa Especializada para implantação de sistema de informatização da Secretaria Municipal de Saúde. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 282/2016. CONTRATO: IDS DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE E ACESSORIA LTDA. CNPJ/MF Nº 05.982.200/0001-00. Vigência: 12 meses. Valor Global Contratual: R\$ 67.800,00 (sessenta e sete mil e oitocentos reais). Assinatura: 23 de junho de 2016.

JULGAMENTO: 07 de junho de 2016.
Processo Administrativo Disciplinar
Autos nº 10848.2015
Investigado: MAIKON JOAQUIM PRUDENTE
I. RELATÓRIO.
Vistos, relatados e tomadas as demais providências necessárias nos presentes autos, verifiquei que: Trata-se de processo administrativo disciplinar instaurado pelo decreto nº 531/2015 para apurar fatos e responsabilidades descritos no Protocolo Geral 10848/2015. Despôs-se a Comissão Administrativa Disciplinar Permanente por meio do Decreto 506/2015 para apurar os fatos. Instaurado o processo, foram autuados os documentos; após realizou-se a instrução do mesmo, com a oitiva das testemunhas e o interrogatório do

investigado; encerrada a fase instrutória, a Comissão Disciplinar, concluiu pela indicação ou responsabilização do investigado. A Procuradoria Jurídica do Município apresentou parecer favorável a Comissão Disciplinar, opinando, assim, pela procedência do feito, a concluir pela punição com previsão do art. 121, incisos I e III da lei municipal 2155/10. (...) II. FUNDAMENTAÇÃO. A Procuradoria Jurídica Municipal bem analisou a questão, razões que adoto como fundamentos. Abstrai-se dos autos, em síntese aos fatos imputados contra o investigado que: A Comissão Administrativa apresentou o Relatório Final, concluindo pela irregularidade apresentada pelo investigado que devido a falta não realizou os serviços a contento, que causa a sua responsabilidade técnica. Descreva a denuncia dos fatos em que o investigado deveria ter realizado o levantamento do PPRA, para respostas a serem encaminhadas a Procuradoria Regional do Trabalho nº Região. Neste sentido, supostamente não houve o seu comprometimento com as atividades que deveriam ser desenvolvidas. Estabelece que o investigado, no dia 28 de agosto de 2015, sexta-feira, a Secretaria Municipal de Administração não conferiu os trabalhos constantes que não haviam sido entregues pelo investigado Técnico em Segurança, os dados componentes do PPRA para que fossem complementadas as demais informações pelo médico do Trabalho, sendo assim a Secretaria foi informada pelos seus auxiliares que o investigado havia saído de férias naquele dia e que havia viajado para Curitiba/PR. No próximo dia 30, o investigado remetera ao médico do trabalho via e-mail, informando no próprio depoimento do investigado a origem do esboço do levantamento realizado dos dados pertinentes do PPRA. Constata do relatório da denuncia, ter o investigado apresentado o esboço com informações não coerentes com a situação real existente. Detectado dados impróprios de sua elaboração, estando o investigado ciente da importância e urgência do esboço do PPRA, que em tempo já havia sido realizado pelo investigado num prazo de 60 dias. Notouse do presente fato o investigado ter apresentado comportamentos impróprios deixando de ser exmo nas suas atitudes comprometidas do dever de servir. E demonstrado no Relatório Final e na própria denuncia que o investigado apresentou falhas em seu esboço, sendo elas observadas e destacadas pelo Médico do trabalho e destacada com observações das incorreções existentes de forma incorrentemente apresentada pelo investigado. (...) Neste sentido, os documentos evidenciados não contrapõem a sua denuncia, muito embora este pertencesse apenas a um esboço mencionado pelo investigado em depoimento, deveria ao menos trazer dados coerentes com a realidade da situação existente, sabendo o investigado dos prazos estabelecidos que era de sua responsabilidade e determinação. Ademais, alega em sede de defesa, a falta de equipamentos para realizar seus trabalhos, na tentativa de disstamar justificativas para as suas falhas. Ainda que, presente falhas pela inexistência de equipamentos compatíveis para os diagnósticos de dados do PPRA e demais dados, como mencionado pela defesa, o qual foi elaborado e concluído posteriormente por uma equipe "força tarefa", não compatibilizam no dextero do investigado que ao mesmo deveria ter demonstrado o interesse em realizar os trabalhos a contento, sabendo o investigado da existência de um prazo extrapolado para a entrega dos relatórios e este insensatamente quando procurado sair de férias e viajou para a cidade de Curitiba/PR, sabendo que dependeriam da sua responsabilidade para a coleta dos dados existentes, não foram apresentados a contento, por conta e risco de suas obrigações para o avanço das atribuições a outros. Em decorrência das provas testemunhais a Comissão Administrativa Disciplinar consolidou as prerrogativas das suspeitas em que envolveram o investigado a questão de ter ele enfatizado habilidades praticadas por conta e risco, sendo o investigado conhecedor da função a qual mantem a sua função de Técnico em Segurança do Trabalho. Recebo do conjunto probatório dirigindo a cada item relatado das ocorrências, razões adotadas como fundamento do julgamento, os regimes de conduta necessários ao regular andamento do serviço público, sendo a falta praticada pelo servidor investigado cabendo a Administração Pública, apurar o fato e aplicar a penalidade cabível. III. JULGAMENTO. Vistos e examinados os autos do processo em epígrafe, instaurado para apurar irregularidades atribuídas a MAIKON JOAQUIM PRUDENTE, matrícula 3.871, Técnico em Segurança do Trabalho; I. ACATO o relatório da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, conforme o art.172 da Lei nº2155/10; 2. APROVO o Parecer Jurídico, parte integrante desta decisão, que opina pela punição do servidor, a tipificar na infração do artigo 121, incisos I e III, sobre a composição da pena prevista no artigo 134 da Lei 2155/2010; 3. JULGO que o servidor MAIKON JOAQUIM PRUDENTE, violou com o dever de servidor, infringindo o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais pela inobservância de dever funcional, por não exercer com zelo e dedicação as atribuições de seu cargo de competência ético profissional. 4. DECIDO pela aplicação da penalidade de advertência ao servidor MAIKON JOAQUIM PRUDENTE prevista no art. 134 da Lei 2155/2010, que será aplicada por escrito, para qualquer efeito. 5. A vista do presente julgamento, determino seja dada a publicação necessária ao ato, através de publicação na Imprensa Oficial do Município. Cumpre-se. **JOSÉ SLOBODA, PREFEITO**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2016.

PREGÃO PRESENCIAL Nº17/2016.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA.

1 - Consideram-se registrados os preços relacionados abaixo das empresas qualificadas e detentoras, tendo em vista a desclassificação da empresa BBW do Brasil Comércio de Pneumáticos Eireli EPP, CNPJ/MF nº 17.450.564/0001-29.

- 1- FABIANE A SZYCHTA TYSKI & CIA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrito no CNPJ/MF nº 05.071.189/0001-27.
- 2- PNEUTEK COMERCIO DE PNEUS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrito no CNPJ/MF nº 12.272.655/0001-06.

2 - Descrição:

ITEM	UND	QUANT	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	MARCA	EMPRESA
1	UND	40	Pneu 100x20 liso radial 50% terra 50 %acabto 16 lonas	R\$ 1.346,00	R\$ 53.840,00	PIRELLI P88S	FABIANE A SZYCHTA TYSKI & CIA LTDA ME
2	UND	38	Pneu 90x20 liso radial 50% terra 50% acabto 16 lonas	R\$ 1.191,00	R\$ 45.258,00	PIRELLI P88S	FABIANE A SZYCHTA TYSKI & CIA LTDA ME
3	UND	46	Pneu 90x20 borachudo radial 50% terra 50% acabto 16 lonas	R\$ 1.200,00	R\$ 55.200,00	PIRELLI TG 85	FABIANE A SZYCHTA TYSKI & CIA LTDA ME
4	UND	12	Pneu 110x22 liso radial 50% terra 50% acabto 16 lonas	R\$ 1.530,00	R\$ 18.360,00	PIRELLI FG 85	FABIANE A SZYCHTA TYSKI & CIA LTDA ME
5	UND	22	Pneu 110x22 borachudo radial 50% terra 50% acabto 16 lonas	R\$ 1.575,00	R\$ 34.650,00	PIRELLI TG 85	FABIANE A SZYCHTA TYSKI & CIA LTDA ME
6	UND	12	Pneu 750x16 liso radial 12 lonas	R\$ 700,00	R\$ 8.400,00	PIRELLI FR 85	FABIANE A SZYCHTA TYSKI & CIA LTDA ME
7	UND	24	Pneu 750x16 borachudo radial 12 lonas	R\$ 738,00	R\$ 17.712,00	PIRELLI P88S	FABIANE A SZYCHTA TYSKI & CIA LTDA ME
8	UND	8	Pneu 750x16 agricola 10 lonas	R\$ 395,00	R\$ 3.160,00	MAGGION	PNEUTEK COMERCIO DE PNEUS LTDA ME
9	UND	4	Pneu 130x24 16 lonas 25mm profundidade	R\$ 1.950,00	R\$ 7.800,00	MAGGION	PNEUTEK COMERCIO DE PNEUS LTDA ME
10	UND	16	Pneu 140x24 16 lonas 25mm profundidade	R\$ 1.859,00	R\$ 29.744,00	MAGGION	PNEUTEK COMERCIO DE PNEUS LTDA ME
11	UND	8	Pneu 15.5x24 12 lonas 25mm profundidade	R\$ 2.400,00	R\$ 19.200,00	PIRELLI Pn12	FABIANE A SZYCHTA TYSKI & CIA LTDA ME
12	UND	8	Pneu 12.80x16 12 lonas 25mm profundidade	R\$ 1.143,00	R\$ 9.144,00	PIRELLI Pn12	FABIANE A SZYCHTA TYSKI & CIA LTDA ME
13	UND	4	Pneu 17.5x25 16 lonas 25mm profundidade	R\$ 3.500,00	R\$ 14.000,00	PIRELLI Pn12	FABIANE A SZYCHTA TYSKI & CIA LTDA ME
14	UND	6	Pneu 12.4x24 10 lonas 25mm profundidade	R\$ 1.020,00	R\$ 6.120,00	MAGGION	PNEUTEK COMERCIO DE PNEUS LTDA ME
15	UND	4	Pneu 15.4x30 10 lonas 25mm profundidade	R\$ 2.130,00	R\$ 8.520,00	MAGGION	PNEUTEK COMERCIO DE PNEUS LTDA ME
16	UND	2	Pneu 15.4x34 10 lonas 25mm profundidade	R\$ 2.365,00	R\$ 4.730,00	PIRELLI TMS5	FABIANE A SZYCHTA TYSKI & CIA LTDA ME
17	UND	30	Pneu 215/75/17.5 liso radial 16 lonas	R\$ 680,00	R\$ 20.400,00	FORMULA DRIVER II	FABIANE A SZYCHTA TYSKI & CIA LTDA ME



18	UND	80	Prato 215/79/17,5 barrado câmbio 18 lts.	R\$ 794,00	R\$ 47.640,00	PIRELLI MC 4S	FABIANE A. SZYCHTA TYSKI & CIA LTD ME
19	UND	44	Prato 175/70/13	R\$ 165,00	R\$ 7.260,00	DUNLOP	PIRETTI COMERCIO DE PNEUS LTD ME
20	UND	40	Prato 165/70/14	R\$ 222,00	R\$ 8.880,00	PIRELLI P6000	FABIANE A. SZYCHTA TYSKI & CIA LTD ME
21	UND	100	Prato 165/81/14	R\$ 240,00	R\$ 24.000,00	CONSTANCY	PIRETTI COMERCIO DE PNEUS LTD ME
22	UND	6	Prato 225/65/17	R\$ 420,00	R\$ 2.520,00	CONSTANCY	PIRETTI COMERCIO DE PNEUS LTD ME
23	UND	12	Prato 195/60/15	R\$ 230,00	R\$ 2.760,00	CONSTANCY	PIRETTI COMERCIO DE PNEUS LTD ME
24	UND	24	Prato 205/70/15	R\$ 360,00	R\$ 8.640,00	PIRELLI SATR	FABIANE A. SZYCHTA TYSKI & CIA LTD ME
25	UND	12	Prato 215/70/16	R\$ 940,00	R\$ 8.400,00	MEMO 10 LONAS	PIRETTI COMERCIO DE PNEUS LTD ME
26	UND	24	Prato 235/70/15	R\$ 420,00	R\$ 10.200,00	CONSTANCY	PIRETTI COMERCIO DE PNEUS LTD ME
27	UND	8	Prato 255/70/15	R\$ 550,00	R\$ 4.400,00	PIRELLI SATR	FABIANE A. SZYCHTA TYSKI & CIA LTD ME
28	UND	4	Prato 19 - 16,5	R\$ 515,00	R\$ 2.060,00	PIRELLI R40S	FABIANE A. SZYCHTA TYSKI & CIA LTD ME
29	UND	24	PNEU 195/75R 18C	R\$ 385,00	R\$ 9.240,00	MEMO	PIRETTI COMERCIO DE PNEUS LTD ME
30	UND	12	PNEU 205 /70R/15	R\$ 325,00	R\$ 3.900,00	CONSTANCY	PIRETTI COMERCIO DE PNEUS LTD ME
31	UND	8	PNEU 225/75 R18C	R\$ 530,00	R\$ 4.240,00	CONSTANCY	PIRETTI COMERCIO DE PNEUS LTD ME
32	UND	12	PNEU 205/60R16	R\$ 270,00	R\$ 3.240,00	CONSTANCY	PIRETTI COMERCIO DE PNEUS LTD ME
33	UND	100	Câmbio 900x20 R 454	R\$ 57,00	R\$ 5.700,00	RS	PIRETTI COMERCIO DE PNEUS LTD ME
34	UND	140	Câmbio 1000x20 R 454	R\$ 65,00	R\$ 9.100,00	RS	PIRETTI COMERCIO DE PNEUS LTD ME
35	UND	10	Câmbio 750x16 TR 15	R\$ 29,00	R\$ 290,00	RS	PIRETTI COMERCIO DE PNEUS LTD ME
36	UND	30	Câmbio 750x16 R 480	R\$ 33,00	R\$ 990,00	RS	PIRETTI COMERCIO DE PNEUS LTD ME
37	UND	36	Câmbio 1300 - 1400x24/valvula 218A	R\$ 118,00	R\$ 4.248,00	RS	PIRETTI COMERCIO DE PNEUS LTD ME
38	UND	10	Câmbio 17,5 x 25 TR 1175 C	R\$ 175,00	R\$ 1.750,00	RS	PIRETTI COMERCIO DE PNEUS LTD ME
39	UND	10	Câmbio 17,5x25 R 220	R\$ 175,00	R\$ 1.750,00	RS	PIRETTI COMERCIO DE PNEUS LTD ME
40	UND	10	Câmbio 12,5x80x16 R 220	R\$ 65,00	R\$ 650,00	RS	PIRETTI COMERCIO DE PNEUS LTD ME
41	UND	10	Câmbio 11,5x24 R 220	R\$ 163,00	R\$ 1.630,00	RS	PIRETTI COMERCIO DE PNEUS LTD ME
42	UND	200	Protetor ar 25	R\$ 15,00	R\$ 3.180,00	IRBO	PIRETTI COMERCIO DE PNEUS LTD ME
43	UND	15	Protetor ar 25	R\$ 68,00	R\$ 1.320,00	IRBO	PIRETTI COMERCIO DE PNEUS LTD ME

CARGO: AUXILIAR DE CIRURGIÃO DENTISTA

CLASSIF.	NOME	INSC.	JUSTIFICATIVA
1ª	GRACIELE DA SILVA EVANGELISTA	1057	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEMUS
2ª	TATIANE TIMOTIO LEGAT	1597	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEMUS
3ª	ELAINE DOS SANTOS BARROS BRIZOLA	1471	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEMUS

CARGO: AUXILIAR DE FARMÁCIA

CLASSIF.	NOME	INSC.	JUSTIFICATIVA
1ª	MAIELE MARIN RICADO	2691	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEMUS

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

CLASSIF.	NOME	INSC.	JUSTIFICATIVA
1ª	GUSTAVO SCHADNER PEDREIRA	599	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEMUS
2ª	LUIS FERNANDO FERNANDES DE MENDONÇA	2373	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEMUS
3ª	ALAN FERREIRA DOS SANTOS	1042	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEMUS

CARGO: ENFERMEIRO

CLASSIF.	NOME	INSC.	JUSTIFICATIVA
1ª	LUCIANO FAUSTINA DA SILVA	3118	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEMUS
2ª	DENNIS PANETTO	2628	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEMUS
3ª	SMONE MICHALOWSKI YASSUI	2941	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEMUS

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

CLASSIF.	NOME	INSC.	JUSTIFICATIVA
1ª	ANGELITA DOS SANTOS ANDRADE	826	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEMUS
2ª	LEIDIANE DE FATIMA PIETROWSKI	625	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEMUS
3ª	JESSICA MARIA DA SILVA	1617	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEMUS
4ª	EROLIA VIDAL DOS SANTOS	1218	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEMUS
5ª	PEDRO HENRIQUE RUMPH	2826	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEMUS
6ª	FERNANDA APARECIDA DE SOUZA	1367	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEMUS
7ª	ALINE DA CUNHA LOPES SOUZA	1241	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEMUS
8ª	MARCIA MARIA FOLGUEM DE CAMARGO BARROS	1673	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEMUS
9ª	DENILZA ALVES TEIXEIRA	1639	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEMUS
10ª	DANIELA MENDES	2816	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEMUS
11ª	MONALISA OLIVEIRA PEREIRA	3620	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEMUS
12ª	KEZIA XAVIER	205	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEMUS
13ª	ANA CRISTINA MIRANDA	1233	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEMUS
14ª	KATIANNE GABRIEL DE OLIVEIRA	2164	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEMUS
15ª	JULIANE CRISTINA DE MATTOS RIBAS	3199	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEMUS
16ª	ELAINE CRISTINA ROBERTO MOREIRA	2728	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEMUS
17ª	DANIELA MARIA RIBEIRO	1537	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEMUS
18ª	MARCIA APARECIDA ANUNCIATO DE SOUZA	332	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEMUS

CARGO: TÉCNICO EM RADIOLOGIA

CLASSIF.	NOME	INSC.	JUSTIFICATIVA
1ª	DANIEL NASCIMENTO SANCHES	3057	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEMUS

CARGO: MONITOR

CLASSIF.	NOME	INSC.	JUSTIFICATIVA
1ª	ANA CAROLINA VIEIRA JAYME	280	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEDES
2ª	FABIANE DE COL AZEVEDO	2390	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEDES
3ª	AGATA LORENA CANDIDO	1588	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEDES
4ª	JULIANE MARI LEITE	1195	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEDES
5ª	JOSIANE SOARES TEIXEIRA	2452	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEDES
6ª	RAFAELA FATIMA DE JESUS	972	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEDES

Prefeitura Municipal de Jaguariá, em 07 de Julho de 2016.

JOSE SLOBODA
Prefeito Municipal
RISASSHI SAKAZU
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos



SEFIN

Prefeitura Municipal de Jaguariá
Departamento de Compras e Licitações
Aviso de Licitação
Pregão Presencial Nº 80/2016

OBJETO: Contratação de empresa especializada em locação de software de gerenciamento administrativo de comitê, implantação dos sistemas, manutenção que garanta as alterações legais, corretivas e evolutivas, suporte técnico via telefone, acesso remoto ou visita "in loco" e treinamento dos usuários. **TIPO:** Menor Preço/Global. **RECURSOS:** Próprios. **ABERTURA DA LICITAÇÃO:** 21 de julho de 2016. **Horário:** 14h00min. **LOCAL DE ABERTURA:** Prefeitura Municipal.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Os Editais poderão ser adquiridos na Prefeitura Municipal de Jaguariá. Ou pelo e-mail comprasjag@gmail.com, Maiores Informações no Dept.º de Compras e Licitação – sito a Praça Isabel Branco, 142 - telefone (43) 3535.9452, no horário: das 09h00min às 11h00min e das 14h00min às 17h00min.

Jaguariá, 06 de julho de 2016.

Élio Zub Junior
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIÁ
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 81/2016

EXCLUSIVO (A) PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

OBJETO: Aquisição de Placas Indicativas, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

TIPO: Menor Preço/ Por Item.

ABERTURA DA LICITAÇÃO: 25 de Julho de 2016.

HORÁRIO: 09h30min.

LOCAL DE ABERTURA: Sala de Reuniões do Departamento de Compras e Licitação, 3º Andar no endereço informado abaixo.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Os Editais poderão ser solicitados pelo e-mail: comprasjag@gmail.com. Maiores Informações no Departamento de Compras e Licitação – sito a Praça Isabel Branco, 142 - telefone (43) 3535 - 9400 – Ramal: 9455 no horário: das 09h00min às 11h00min e das 14h00min às 17h00min.

Jaguariá, 06 de Julho de 2016.

Élio Zub Junior
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIÁ
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 82/2016

EXCLUSIVO (A) PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

OBJETO: Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Serralheria para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

TIPO: Menor Preço/ Por Item.

ABERTURA DA LICITAÇÃO: 25 de Julho de 2016.

HORÁRIO: 14h30min.

LOCAL DE ABERTURA: Sala de Reuniões do Departamento de Compras e Licitação, 3º Andar no endereço informado abaixo.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Os Editais poderão ser solicitados pelo e-mail: comprasjag@gmail.com. Maiores Informações no Departamento de Compras e Licitação – sito a Praça Isabel Branco, 142 - telefone (43) 3535 - 9400 – Ramal: 9455 no horário: das 09h00min às 11h00min e das 14h00min às 17h00min.

Jaguariá, 06 de Julho de 2016.

Élio Zub Junior
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIÁ - PR
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 83/2016

OBJETO: Aquisição de Materiais de reposição de Informática, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

ABERTURA DA LICITAÇÃO: 26 de julho de 2016.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00min às 11:00min horas do dia 26 de julho de 2016.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: 11:01min às 12:00 do dia 26 de julho de 2016.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 14h00min horas do dia 26 de julho de 2016.

LOCAL DE ABERTURA: Sala de Reuniões do Departamento de Compras e Licitação, 3º Andar no endereço informado abaixo.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O edital completo poderá ser examinado e adquirido através do site: www.bilcompras.org.br. Ou através do e-mail: comprasjag@gmail.com - Maiores Informações no Dept.º de Compras e Licitação – sito a Praça Isabel Branco, 142 - telefone (43) 3535-9400 – Ramal: 9452 no horário: das 09h00min às 11h00min e das 14h00min às 17h00min.

Jaguariá, 06 de julho de 2016.

Élio Zub Junior
PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIÁ - PR
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 84/2016

OBJETO: Registro de Preços para eventual aquisição de Móveis, para suprir os departamentos da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

ABERTURA DA LICITAÇÃO: 27 de julho de 2016.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00min às 11:00min horas do dia 27 de julho de 2016.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: 11:01min às



SARH

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – 001
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016

O Prefeito de Jaguariá, Estado do Paraná, Senhor José Sloboda, no uso das atribuições legais, e em atendimento ao Edital de Concurso Público nº 001/2016, resolve:

CONVOCAR

Os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Concurso Público Municipal, homologado através do Edital de Homologação nº 009/2016 para que no período de **08 a 18 de Julho de 2016**, apresentem cópia dos seguintes documentos, acompanhados dos originais, junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Jaguariá.

- 01 (uma) Foto 3x4 recente;
- Carteira de Identidade;
- Título de Eleitor;
- Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- Certidão de Nascimento/Casamento;
- Certidão de Nascimento dos filhos considerados dependentes;
- Comprovante de quitação com as obrigações militares (para homens);
- Comprovante de inscrição no PIS / PASEP;
- Carteira de Trabalho (página da foto, frente e verso);
- Comprovante de escolaridade exigido para o cargo;
- Certidão de quitação das obrigações eleitorais (expedida pelo Cartório Eleitoral);
- Certidão de Antecedentes Criminais;
- Comprovante de endereço atualizado;
- Habilitação no Órgão de Classe.



12:00 do dia 27 de julho de 2016.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 14h00min horas do dia 27 de julho de 2016.
LOCAL DE ABERTURA: Sala de Reuniões do Departamento de Compras e Licitação, 3º Andar no endereço informado abaixo.
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O edital completo poderá ser examinado e adquirido através do site: www.bllcompras.org.br Ou através do email: comprasjag@gmail.com - Maiores informações no Dept.º de Compras e Licitação – sito a Praça Isabel Branco, 142 - telefone (43) 3535-9400 – Ramal: 9452 no horário: das 09h00min às 11h00min e das 14h00min às 17h00min.

Jaguariá, 06 de julho de 2016.

Élio Zub Junior
PREGOEIRO

Prefeitura Municipal de Jaguariá
Departamento de Compras e Licitações
Aviso de Licitação: Tomada de Preços nº 14/2016
Empreitada por Preço Global

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para realizar reforma do Setor Administrativo de Educação no Bairro Primavera. **Abertura e julgamento:** 26/07/2016 às 09:30 hrs, local: sala de reuniões do Departamento de compras e licitação. **Informações complementares:** os editais poderão ser solicitados pelo E-mail: comprasjag@gmail.com. maiores informações no Dept.º de Compras e Licitação – sito a Praça Isabel Branco, 142 - telefone (43) 3535.9452, no horário: das 09h00min às 11h00min e das 14h00min às 17h00min.

Jaguariá, 06 de julho de 2016.

Vinicius Weigert.
Presidente da Comissão de Licitações

Prefeitura Municipal de Jaguariá
Departamento de Compras e Licitações
Aviso de Licitação: Tomada de Preços nº 15/2016
Empreitada por Preço Global

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para realizar reforma na Escola Municipal Luis Vieira de Mesquita no Bairro Samambaia. **Abertura e julgamento:** 26/07/2016 às 14:00 hrs, local: sala de reuniões do Departamento de compras e licitação. **Informações complementares:** os editais poderão ser solicitados pelo E-mail: comprasjag@gmail.com. maiores informações no Dept.º de Compras e Licitação – sito a Praça Isabel Branco, 142 - telefone (43) 3535.9452, no horário: das 09h00min às 11h00min e das 14h00min às 17h00min.

Jaguariá, 06 de julho de 2016.

Vinicius Weigert.
Presidente da Comissão de Licitações

ESTADO DO PARANÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIÁ

Anexo 14 - Balanço Patrimonial
Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício 2013

Período: Janeiro a Dezembro

Página: 1

ATIVO	Exercício Atual	PASSIVO	Exercício Atual
ATIVO CIRCULANTE	43.330.376,18	PASSIVO CIRCULANTE	2.707.728,34
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	11.628.977,09	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A	346.362,46
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	28.113.218,73	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	290.957,40
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	3.552.469,54	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	1.588.515,19
ESTOQUES	35.710,82	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	481.893,29
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	63.024.004,28	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	2.126.583,73
INVESTIMENTOS	0,01	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	2.126.583,73
IMOBILIZADO	63.024.004,27	TOTAL DO PASSIVO	4.834.312,07
TOTAL	106.354.380,46	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Exercício Atual
		PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	82.079.006,50
		RESULTADOS ACUMULADOS	19.441.061,89
		*RESULTADO DO EXERCÍCIO	16.558.506,34
		AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.882.555,55
		TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	101.520.068,39
		TOTAL	106.354.380,46

José Sloboda
Prefeito Municipal

Sandro Paulo Carneiro
CRC - PR 053879-01
Contador

04/07/2016 14:34:57

ESTADO DO PARANÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIÁ

Anexo 14 - Balanço Patrimonial
Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício 2013

Período: Janeiro a Dezembro

Página: 2

ATIVO FINANCEIRO	Exercício Atual	PASSIVO FINANCEIRO	Exercício Atual
ATIVO	14.002.660,20	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.416.770,94
ATIVO CIRCULANTE	14.002.660,20	PASSIVO CIRCULANTE	2.416.770,94
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	11.628.977,09	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	346.362,46
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	2.373.683,11	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	1.588.515,19
TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO	14.002.660,20	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	481.893,29
		CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	3.869.217,58
		RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	572.727,04
		TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO	6.858.715,56
ATIVO PERMANENTE	Exercício Atual	PASSIVO PERMANENTE	Exercício Atual
ATIVO	92.351.720,26	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.417.541,13
ATIVO CIRCULANTE	29.327.715,98	PASSIVO CIRCULANTE	290.957,40
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	28.113.218,73	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	290.957,40
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	1.178.786,43	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	2.126.583,73
ESTOQUES	35.710,82	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	2.126.583,73
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	63.024.004,28	TOTAL DO PASSIVO PERMANENTE	2.417.541,13
INVESTIMENTOS	0,01		
IMOBILIZADO	63.024.004,27		
TOTAL DO ATIVO PERMANENTE	92.351.720,26		
SALDO PATRIMONIAL			97.078.123,77

COMPENSAÇÕES

Saldo dos Atos Potenciais Ativos	Exercício Atual	Saldo dos Atos Potenciais Passivos	Exercício Atual
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	91.826,54	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	76.241,00
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONTRATUAIS	600,00	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	14.808.437,84
EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	0,00		
TOTAL	92.426,54	TOTAL	14.884.678,84

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	EXERCÍCIO ATUAL
ORDINÁRIA	6.140.878,71
VINCULADA	1.019.409,79
5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB - Arrecadação na Administração Dir	2.602,87
AÇÕES BÁSICAS VIGILÂNCIA SANITÁRIA	10.656,28
Alienação de Ativos da Educação - Arrecadação na Administração Direta - Exercici	11.018,24
Alienação de Ativos da Educação - Exercícios Anteriores	-2.411,40
AMPLIAÇÃO DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE CONVENIO	103.997,32

José Sloboda
Prefeito Municipal

Sandro Paulo Carneiro
CRC - PR 053879-01
Contador

04/07/2016 14:34:57

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIAÍVA
Anexo 14 - Balanço Patrimonial
Administração Direta

Betha Sistemas
Exercício 2013
Período: Janeiro à Dezembro
Página: 3

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	EXERCÍCIO ATUAL
APAE	2.440,43
Aquisição de um Ônibus Adaptado Convênio	134.752,30
Atenção Básica - Arrecadação na Administração Direta - Exercício Corrente	33.006,78
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	150.222,80
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Arrecadação na	-5.034,08
BB - BOLSA FAMILIA	61.498,34
BB - FN ASSISTENCIA SOCIAL	21.747,59
CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)	4.681,84
CINEMA_Convênio Ministério das Cultura	1.120,48
Construção CEMEI - Bairro Matarazzo	-83.653,44
Construção CEMEI - Matarazzo	127.731,52
Contrato de Repasse Nº Ministério das Cidades	54,98
CONTRATO DE REPASSE Nº MINISTÉRIO DA SAÚDE	119.840,74
Contrato de Repasse Nº Minist. Agric. Pec. e Abast	6.750,00
Contribuições e Legados de Ent não Gover.ECA/FMDCA	-3.117,00
CONV. FIA/IASP	261,86
CONVÊNIO 657488/2009 -FNDE	88.911,65
Convênio Apae	63.577,12
Convênio FEAS	44.106,55
Convênio FIA 2013	-31.920,70
Convênio FNDE	-74.060,69
Convênio Ministério do Esporte - Academias 3ªidade.	41.340,98
Convênio Módulos Sanitários	11.193,09
COSIP-Contrib. de Iluminação Pública, Art.149A-CF.	132.883,98
CRAS VOLANTE	20.854,53
Demais impostos vinculados à educação básica - Arrecadação na Administração Direta	407.188,66
Doação de Empresa Privada para Pavimentação.	1.541,87
FUNDEB 40% - Arrecadação na Administração Direta - Exercício Corrente	-448.207,92
FUNDEB 60% - Arrecadação na Administração Direta - Exercício Corrente	-238.227,95
FUNDEPAR AMPL. E.M.S.	478,21
FUNDEPAR REFORMA EMS	313,01
FUNREBOM	43.541,70
GERENCIAMENTO DE TRANSITO	8.047,91
Gestão do SUS - Arrecadação na Administração Direta	157.398,38
HOSPUSUS	87.418,39
MDEMERENDA ESCOLAR	968,13
Merenda Escolar	72.539,25
MINISTÉRIO DA SAÚDE - Aquisição Medicamentos	449.173,35
Outros Royalties e Comp. Financ. não Patrimoniais	96.922,36


José Sloboda
Prefeito Municipal


Sandro Paulo Carneiro
CRC - PR 053879-01
Contador

04/07/2016 14:34:57

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIAÍVA
Anexo 14 - Balanço Patrimonial
Administração Direta

Betha Sistemas
Exercício 2013
Período: Janeiro à Dezembro
Página: 4

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	EXERCÍCIO ATUAL
Pavimentação asfáltica, na Rua Carlos Luck Neto - Bairro Pedrinha	549.733,67
PBF - Piso Básico Fixo	17.116,09
PODE - Programa Dinheiro na Escola	3.248,30
PNAE - EJA	-2.083,04
PRO JOVEM CAMPO	2.004,00
Programa Erradicação do Trabalho Infantil - PETI	362,08
PROGRAMA ESTADUAL - TRANSPORTE ESCOLAR	404.724,43
Programa Transporte Escolar	84.270,01
PROVOPAR/CASMI	5.830,42
Receita de Alienação de Ativos	642.441,83
Receitas de alienação de Ativos da Saúde - Arrecadação na Administração Direta -	4.127,10
RECURSO LEI 9615/98 - LEI PELÉ	1.230,31
RECURSOS TESOUREIRO NACIONAL	61.359,95
Retenções em caráter consignatório	-4.400.245,64
Salário Educação - Arrecadação na Administração Direta - Exercício Corrente	887.030,96
Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Arr	-82.986,29
Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Arrecadação na Administração Direta	1.043.388,09
SENTINELA	50.917,63
Serviços Prestados SUS - Arrecadação na Administração Direta - Exercício Corrente	24.725,67
Serviços Prestados SUS - Exercícios Anteriores	-9,54
UBS Bairro Cadeado - Convênio	24.934,08
Vigilância em Saúde - Arrecadação na Administração Direta - Exercício Corrente	63.139,37
TOTAL	7.160.288,50

* Valor do resultado do exercício que ainda não foi contabilizado no patrimônio líquido. Esse valor somente será contabilizado após efetuado o encerramento anual do balanço.

Jaguariaíva, 04/07/2016

SANDRO PAULO CARNEIRO
Contador CRC-PR 053879-01

JOSE SLOBODA
Prefeito Municipal

04/07/2016 14:34:57



Considerando o que consta da Portaria MPS nº 402, de 10 de dezembro de 2008, o IPASPMJ faz publicar, nos termos que reza o artigo 5º, § 4º, os termos de acordo de parcelamento, autorizado pela Lei Municipal 2602/2016, de 06 de junho de 2016.

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00505/2016)

DEVEDOR			
Ente Federativo/UF:	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS SERVIDORES	CNPJ:	72.376.916/0001-51
Endereço:	RUA LEONIDAS FERREIRA DE BARROS, Nº 12		
Bairro:	CIDADE ALTA	CEP:	84.200-000
Telefone:	(043) 3535-4909	Fax:	(043) 3535-4909
E-mail:	ipaspmj@brturbo.com.br		
Representante legal:	CARLOS PEREZ GOMEZ		
CPF:	411.911.619-00		
Cargo:	PRESIDENTE	Complemento:	
E-mail:	ipaspmj@brturbo.com.br	Data início da gestão:	14/04/2016

CREDOR			
Unidade Gestora:	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS SERVIDORES	CNPJ:	72.376.916/0001-51
Endereço:	RUA LEONIDAS FERREIRA DE BARROS, Nº 12		
Bairro:	CIDADE ALTA	CEP:	84200-000
Telefone:	(043) 3535-4909	Fax:	(043) 3535-4909
E-mail:	ipaspmj@brturbo.com.br		
Representante legal:	CARLOS PEREZ GOMEZ		
CPF:	411.911.619-00		
Cargo:	Presidente	Complemento:	
E-mail:	ipaspmj@brturbo.com.br	Data início da gestão:	14/04/2016

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei nº 2602/2016 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo :

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS CÍVIS MUNICIPAIS DE JAGUARIAÍVA é CREDOR junto ao DEVEDOR INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS CÍVIS MUNICIPAIS DE JAGUARIAÍVA da quantia de R\$ 253.448,45 (duzentos e cinquenta e três mil e quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e cinco centavos), correspondentes aos valores de Contribuição Patronal devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 01/2010 a 06/2015, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS CÍVIS MUNICIPAIS DE JAGUARIAÍVA confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela existência do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 253.448,45 (duzentos e cinquenta e três mil e quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e cinco centavos), será pago em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 4.224,14 (quatro mil e duzentos e vinte e quatro reais e quatorze centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 4.224,14 (quatro mil e duzentos e vinte e quatro reais e quatorze centavos), vencerá em 31/08/2016 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irretroatável, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero virgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, conforme Lei nº 2602/2016.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero virgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero virgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 2,00% (dois por cento).

Cláusula Quarta: DA VINCULAÇÃO DO FPM

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento dos valores:

a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira;

b) das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas, na forma da legislação do ente.

A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interposição judicial ou extrajudicial, qualquer das seguintes situações:

- a) a infração de qualquer das cláusulas do termo;
- b) a falta de pagamento de 3 (três) prestações consecutivas ou alternadas;
- c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de março de 2013, por 3 (três) meses consecutivos ou alternados;
- d) a revogação da Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irretroatável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Assinam este termo na condição de interveniente-garante e responsável solidário pelos débitos ora confessados o representante legal ao final qualificado.

Jaguaraiava - PR / 01/07/2016

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS CÍVIS MUNICIPAIS DE JAGUARIAÍVA
CARLOS PEREZ GOMEZ

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS CÍVIS MUNICIPAIS DE JAGUARIAÍVA
CARLOS PEREZ GOMEZ

INTERVENIENTE-GARANTE:

Prefeitura Municipal de Jaguaraiava - 76.910.900/0001-38

JOSÉ SLOBODA

Prefeito
CPF: 529.333.009-82

Testemunhas:

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00505/2016)

DEVEDOR			
Ente Federativo/UF:	CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARIAÍVA	CNPJ:	77.774.594/0001-12
Endereço:	AV. PREFEITO ALDO SAMPAIO RIBAS, Nº 222		
Bairro:	CIDADE ALTA	CEP:	84.200-000
Telefone:	(043) 3535-8750	Fax:	(043) 3535-8750
E-mail:	cmjcontabilidade@cmjaguaraiava.pr.gov.br		
Representante legal:	ADILSON PASSOS FELIX		
CPF:	003.914.749-52		
Cargo:	PRESIDENTE	Complemento:	
E-mail:	cmjcontabilidade@cmjaguaraiava.pr.gov.br	Data início da gestão:	01/01/2013

CREDOR			
Unidade Gestora:	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS SERVIDORES	CNPJ:	72.376.916/0001-51
Endereço:	RUA LEONIDAS FERREIRA DE BARROS, Nº 12		
Bairro:	CIDADE ALTA	CEP:	84200-000
Telefone:	(043) 3535-4909	Fax:	(043) 3535-4909
E-mail:	ipaspmj@brturbo.com.br		
Representante legal:	CARLOS PEREZ GOMEZ		
CPF:	411.911.619-00		
Cargo:	Presidente	Complemento:	
E-mail:	ipaspmj@brturbo.com.br	Data início da gestão:	14/04/2016

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei nº 2602/2016 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo :

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS CÍVIS MUNICIPAIS DE JAGUARIAÍVA é CREDOR junto ao DEVEDOR CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARIAÍVA da quantia de R\$ 387.479,20 (trezentos e oitenta e sete mil e quatrocentos e setenta e nove reais e vinte centavos), correspondentes aos valores de Contribuição Patronal devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 01/2010 a 06/2015, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARIAÍVA confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela existência do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 387.479,20 (trezentos e oitenta e sete mil e quatrocentos e setenta e nove reais e vinte centavos), será pago em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 6.457,99 (seis mil e quatrocentos e cinquenta e sete reais e novecenta e nove centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 6.457,99 (seis mil e quatrocentos e cinquenta e sete reais e novecenta e nove centavos), vencerá em 31/08/2016 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irretroatável, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero virgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, conforme Lei nº 2602/2016.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero virgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero virgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 2,00% (dois por cento).

Cláusula Quarta: DA VINCULAÇÃO DO FPM

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento dos valores:

a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira;

b) das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas, na forma da legislação do ente.

A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interposição judicial ou extrajudicial, qualquer das seguintes situações:

- a) a infração de qualquer das cláusulas do termo;
- b) a falta de pagamento de 3 (três) prestações consecutivas ou alternadas;
- c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de março de 2013, por 3 (três) meses consecutivos ou alternados;
- d) a revogação da Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irretroatável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Assinam este termo na condição de interveniente-garante e responsável solidário pelos débitos ora confessados o representante legal ao final qualificado.

Jaguaraiava - PR / 01/07/2016

CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARIAÍVA
ADILSON PASSOS FELIX

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS CÍVIS MUNICIPAIS DE JAGUARIAÍVA
CARLOS PEREZ GOMEZ

INTERVENIENTE-GARANTE:

Prefeitura Municipal de Jaguaraiava - 76.910.900/0001-38

JOSÉ SLOBODA

Prefeito
CPF: 529.333.009-82

Testemunhas:



SEMANÁRIO OFICIAL

DO MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA - PR



Jaguaraiava, 08 de julho de 2016

Pág. 08

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00507/2016)

DEVEDOR

Ente Federativo/UF: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO CNPJ: 75.658.435/0001-27
Endereço: RUA PORTO VELHO, Nº 140 CEP: 84.200-000
Bairro: SÃO ROQUE Fax: (043) 3535-9200
Telefone: (043) 3535-9200
E-mail: contato@samaeigv.com.br
Representante legal: REGINALDO APARECIDO CHEIRUBIM
CPF: 366.375.649-15
Cargo: PRESIDENTE
E-mail: contato@samaeigv.com.br

CREDOR

Unidade Gestora: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS SERVIDORES CNPJ: 72.376.916/0001-51
Endereço: RUA LEONIDAS FERREIRA DE BARROS, Nº 12 CEP: 84200-000
Bairro: CIDADE ALTA Fax: (043) 3535-4909
Telefone: (043) 3535-4909
E-mail: ipaspmj@bturbo.com.br
Representante legal: CARLOS PEREZ GOMEZ
CPF: 411.911.619-00
Cargo: Presidente
E-mail: ipaspmj@bturbo.com.br

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei nº 2602/2016 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS MUNICIPAIS DE JAGUARIAÍVA é CREDOR junto ao DEVEDOR SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO da quantia de R\$ 467.655,20 (quatrocentos e sessenta e sete mil e seiscentos e cinquenta e cinco reais e vinte centavos), correspondentes aos valores de Contribuição Patronal (240 meses) devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 01/2010 a 02/2013, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela existência do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 467.655,20 (quatrocentos e sessenta e sete mil e seiscentos e cinquenta e cinco reais e vinte centavos), será pago em 240 (duzentos e quarenta) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 1.948,56 (hum mil e novecentos e quarenta e oito reais e cinquenta e seis centavos) atualizadas de acordo com a Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 1.948,56 (hum mil e novecentos e quarenta e oito reais e cinquenta e seis centavos), vencerá em 31/08/2016 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irretirável, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero virgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, conforme Lei nº 2602/2016.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero virgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero virgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 2,00% (dois por cento).

Cláusula Quarta: DA VINCULAÇÃO DO FPM

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento dos valores:

a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira;
b) das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas, na forma da legislação do ente.
A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer das seguintes situações:

a) a infração de qualquer das cláusulas do termo;
b) a falta de pagamento de 3 (três) prestações consecutivas ou alternadas;
c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de março de 2013, por 3 (três) meses consecutivos ou alternados;
d) a revogação da Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irretirável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Assinam este termo na condição de interveniente-garante e responsável solidário pelos débitos ora confessados o representante legal ao final qualificado.

Jaguaraiava - PR / 01/07/2016

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
REGINALDO APARECIDO CHEIRUBIM

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS MUNICIPAIS DE JAGUARIAÍVA
CARLOS PEREZ GOMEZ

INTERVENIENTE-GARANTE:

Prefeitura Municipal de Jaguaraiava - 76.910.900/0001-38

JOSÉ SLOBODA
Prefeito
CPF: 529.333.009-82

Testemunhas:

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00508/2016)

DEVEDOR

Ente Federativo/UF: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO CNPJ: 75.658.435/0001-27
Endereço: RUA PORTO VELHO, Nº 140 CEP: 84.200-000
Bairro: SÃO ROQUE Fax: (043) 3535-9200
Telefone: (043) 3535-9200
E-mail: contato@samaeigv.com.br
Representante legal: REGINALDO APARECIDO CHEIRUBIM
CPF: 366.375.649-15
Cargo: PRESIDENTE
E-mail: contato@samaeigv.com.br

CREDOR

Unidade Gestora: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS SERVIDORES CNPJ: 72.376.916/0001-51
Endereço: RUA LEONIDAS FERREIRA DE BARROS, Nº 12 CEP: 84200-000
Bairro: CIDADE ALTA Fax: (043) 3535-4909
Telefone: (043) 3535-4909
E-mail: ipaspmj@bturbo.com.br
Representante legal: CARLOS PEREZ GOMEZ
CPF: 411.911.619-00
Cargo: Presidente
E-mail: ipaspmj@bturbo.com.br

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei nº 2602/2016 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS MUNICIPAIS DE JAGUARIAÍVA é CREDOR junto ao DEVEDOR SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO da quantia de R\$ 725.611,46 (setecentos e vinte e cinco mil e seiscentos e onze reais e quarenta e seis centavos), correspondentes aos valores de Contribuição Patronal devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 03/2013 a 06/2015, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela existência do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 725.611,46 (setecentos e vinte e cinco mil e seiscentos e onze reais e quarenta e seis centavos), será pago em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 12.093,52 (doze mil e noventa e três reais e cinquenta e dois centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 12.093,52 (doze mil e noventa e três reais e cinquenta e dois centavos), vencerá em 31/08/2016 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irretirável, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero virgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, conforme Lei nº 2602/2016.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero virgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero virgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 2,00% (dois por cento).

Cláusula Quarta: DA VINCULAÇÃO DO FPM

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento dos valores:

a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira;
b) das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas, na forma da legislação do ente.
A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer das seguintes situações:

a) a infração de qualquer das cláusulas do termo;
b) a falta de pagamento de 3 (três) prestações consecutivas ou alternadas;
c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de março de 2013, por 3 (três) meses consecutivos ou alternados;
d) a revogação da Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irretirável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Assinam este termo na condição de interveniente-garante e responsável solidário pelos débitos ora confessados o representante legal ao final qualificado.

Jaguaraiava - PR / 01/07/2016

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
REGINALDO APARECIDO CHEIRUBIM

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS MUNICIPAIS DE JAGUARIAÍVA
CARLOS PEREZ GOMEZ

INTERVENIENTE-GARANTE:

Prefeitura Municipal de Jaguaraiava - 76.910.900/0001-38

JOSÉ SLOBODA
Prefeito
CPF: 529.333.009-82

Testemunhas:



**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 005/2016)**

DEVEDOR

Ente Federativo/UF: Jaguaraiava/PR CNPJ: 76.910.900/0001-38
Endereço: PRAÇA ISABEL BRANCO, Nº 142
Bairro: CIDADE ALTA CEP: 84200-000
Telefone: (043) 3535-9400 Fax: (043) 3535-9400
E-mail: gabinete@jaguaraiava.pr.gov.br
Representante legal: JOSÉ SLOBODA
CPF: 529.333.009-82
Cargo: Prefeito Complemento: PREFEITO
E-mail: gabinete@jaguaraiava.pr.gov.br Data início da gestão: 19/09/2013

CREDOR

Unidade Gestora: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS SERVIDORES CNPJ: 72.376.916/0001-51
Endereço: RUA LEONIDAS FERREIRA DE BARROS, Nº 12
Bairro: CIDADE ALTA CEP: 84200-000
Telefone: (043) 3535-4909 Fax: (043) 3535-4909
E-mail: ipaspmj@brturbo.com.br
Representante legal: CARLOS PEREZ GOMEZ
CPF: 411.911.619-00
Cargo: Presidente Complemento:
E-mail: ipaspmj@brturbo.com.br Data início da gestão: 14/04/2016

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei nº 2602/2016 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo :

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS MUNICIPAIS DE JAGUARAIÁVA é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de Jaguaraiava da quantia de R\$ 2.437.687,91 (dois milhões e quatrocentos e trinta e sete mil e seiscentos e oitenta e sete reais e noventa e um centavos), correspondentes aos valores de Contribuição Patronal (240 meses) devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 01/2010 a 02/2013, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de Jaguaraiava confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 2.437.687,91 (dois milhões e quatrocentos e trinta e sete mil e seiscentos e oitenta e sete reais e noventa e um centavos), será pago em 240 (duzentos e quarenta) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 10.157,03 (dez mil e cento e cinquenta e sete reais e três centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 10.157,03 (dez mil e cento e cinquenta e sete reais e três centavos), vencerá em 31/08/2016 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irretirável, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimos de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, conforme Lei nº 2602/2016.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 2,00% (dois por cento).

Cláusula Quarta: DA VINCULAÇÃO DO FPM

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento dos valores:
a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira;
b) das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas, na forma da legislação do ente.
A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer das seguintes situações:

- a) a infração de qualquer das cláusulas do termo;
- b) a falta de pagamento de 3 (três) prestações consecutivas ou alternadas;
- c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de março de 2013, por 3 (três) meses consecutivos ou alternados;
- d) a revogação da Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irretirável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Jaguaraiava - PR / 01/07/2016

Prefeitura Municipal de Jaguaraiava
JOSÉ SLOBODA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS MUNICIPAIS DE JAGUARAIÁVA
CARLOS PEREZ GOMEZ

Testemunhas:

MARCUS EVANDRO GIAROLA
ADVOGADO
CPF: 763.456.379-04
RG: 53244785

GISLAINE PAULA BRAGANTIN GIAROLA
ADVOGADO
CPF: 018.253.559-24
RG: 699756085

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 005/2016)**

DEVEDOR

Ente Federativo/UF: Jaguaraiava/PR CNPJ: 76.910.900/0001-38
Endereço: PRAÇA ISABEL BRANCO, Nº 142
Bairro: CIDADE ALTA CEP: 84200-000
Telefone: (043) 3535-9400 Fax: (043) 3535-9400
E-mail: gabinete@jaguaraiava.pr.gov.br
Representante legal: JOSÉ SLOBODA
CPF: 529.333.009-82
Cargo: Prefeito Complemento: PREFEITO
E-mail: gabinete@jaguaraiava.pr.gov.br Data início da gestão: 19/09/2013

CREDOR

Unidade Gestora: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS SERVIDORES CNPJ: 72.376.916/0001-51
Endereço: RUA LEONIDAS FERREIRA DE BARROS, Nº 12
Bairro: CIDADE ALTA CEP: 84200-000
Telefone: (043) 3535-4909 Fax: (043) 3535-4909
E-mail: ipaspmj@brturbo.com.br
Representante legal: CARLOS PEREZ GOMEZ
CPF: 411.911.619-00
Cargo: Presidente Complemento:
E-mail: ipaspmj@brturbo.com.br Data início da gestão: 14/04/2016

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei nº 2602/2016 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo :

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS MUNICIPAIS DE JAGUARAIÁVA é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de Jaguaraiava da quantia de R\$ 3.688.216,98 (três milhões e seiscentos e oitenta e oito mil e duzentos e dezesseis reais e noventa e oito centavos), correspondentes aos valores de Contribuição Patronal devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 03/2013 a 06/2015, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de Jaguaraiava confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 3.688.216,98 (três milhões e seiscentos e oitenta e oito mil e duzentos e dezesseis reais e noventa e oito centavos), será pago em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 61.470,28 (sessenta e um mil e quatrocentos e setenta reais e vinte e oito centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 61.470,28 (sessenta e um mil e quatrocentos e setenta reais e vinte e oito centavos), vencerá em 31/08/2016 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irretirável, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimos de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, conforme Lei nº 2602/2016.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimos de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 2,00% (dois por cento).

Cláusula Quarta: DA VINCULAÇÃO DO FPM

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento dos valores:
a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira;
b) das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas, na forma da legislação do ente.
A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer das seguintes situações:

- a) a infração de qualquer das cláusulas do termo;
- b) a falta de pagamento de 3 (três) prestações consecutivas ou alternadas;
- c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de março de 2013, por 3 (três) meses consecutivos ou alternados;
- d) a revogação da Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irretirável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Jaguaraiava - PR / 01/07/2016

Prefeitura Municipal de Jaguaraiava
JOSÉ SLOBODA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS MUNICIPAIS DE JAGUARAIÁVA
CARLOS PEREZ GOMEZ

Testemunhas:

MARCUS EVANDRO GIAROLA
ADVOGADO
CPF: 763.456.379-04
RG: 53244785

GISLAINE PAULA BRAGANTIN GIAROLA
ADVOGADO
CPF: 018.253.559-24
RG: 699756085



**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00511/2016)**

DEVEDOR

Ente Federativo/UF: Jaguaraiava/PR **CNPJ:** 76.910.900/0001-38
Endereço: PRAÇA ISABEL BRANCO, Nº 142 **CEP:** 84200-000
Bairro: CIDADE ALTA **Fax:** (043) 3535-9400
Telefone: (043) 3535-9400
E-mail: gabinete@jaguaraiava.pr.gov.br
Representante legal: JOSÉ SLOBODA
CPF: 529.333.009-82
Cargo: Prefeito
E-mail: gabinete@jaguaraiava.pr.gov.br

CREDOR

Unidade Gestora: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS SERVIDORES **CNPJ:** 72.376.916/0001-51
Endereço: RUA LEONIDAS FERREIRA DE BARROS, Nº 12 **CEP:** 84200-000
Bairro: CIDADE ALTA **Fax:** (043) 3535-4909
Telefone: (043) 3535-4909
E-mail: ipaspmj@brturbo.com.br
Representante legal: CARLOS PEREZ GOMEZ
CPF: 411.911.619-00
Cargo: Presidente
E-mail: ipaspmj@brturbo.com.br

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei nº 2602/2016 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS CÍVIS MUNICIPAIS DE JAGUARIAÍVA é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de Jaguaraiava da quantia de R\$ 980.390,83 (novecentos e oitenta mil e trezentos e noventa reais e oitenta e três centavos), correspondentes aos valores de Contribuição Patronal devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 01/2010 a 06/2015, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de Jaguaraiava confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 980.390,83 (novecentos e oitenta mil e trezentos e noventa reais e oitenta e três centavos), será pago em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 16.339,85 (dezesseis mil e trezentos e trinta e nove reais e oitenta e cinco centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 16.339,85 (dezesseis mil e trezentos e trinta e nove reais e oitenta e cinco centavos), vencerá em 31/08/2016 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irrevogável, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimos de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero virgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, conforme Lei nº 2602/2016.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimos de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero virgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimos de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero virgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 2,00% (dois por cento).

Cláusula Quarta - DA VINCULAÇÃO DO FPM

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento dos valores:
a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira;
b) das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas, na forma da legislação do ente.
A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer das seguintes situações:

- a) infração de qualquer das cláusulas do termo;
- b) falta de pagamento de 3 (três) prestações consecutivas ou alternadas;
- c) ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de março de 2013, por 3 (três) meses consecutivos ou alternados;
- d) a revogação da Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irrevogável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Jaguaraiava - PR / 01/07/2016

Prefeitura Municipal de Jaguaraiava
JOSÉ SLOBODA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS CÍVIS MUNICIPAIS DE JAGUARIAÍVA
CARLOS PEREZ GOMEZ

Testemunhas:

MARCUS EVANDRO GIAROLA
ADVOGADO
CPF: 763.456.379-04
RG: 53244785

GISLAINE PAULA BRAGANTIN GIAROLA
ADVOGADO
CPF: 018.253.559-24
RG: 69976085

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00512/2016)**

DEVEDOR

Ente Federativo/UF: Jaguaraiava/PR **CNPJ:** 76.910.900/0001-38
Endereço: PRAÇA ISABEL BRANCO, Nº 142 **CEP:** 84200-000
Bairro: CIDADE ALTA **Fax:** (043) 3535-9400
Telefone: (043) 3535-9400
E-mail: gabinete@jaguaraiava.pr.gov.br
Representante legal: JOSÉ SLOBODA
CPF: 529.333.009-82
Cargo: Prefeito
E-mail: gabinete@jaguaraiava.pr.gov.br

CREDOR

Unidade Gestora: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS SERVIDORES **CNPJ:** 72.376.916/0001-51
Endereço: RUA LEONIDAS FERREIRA DE BARROS, Nº 12 **CEP:** 84200-000
Bairro: CIDADE ALTA **Fax:** (043) 3535-4909
Telefone: (043) 3535-4909
E-mail: ipaspmj@brturbo.com.br
Representante legal: CARLOS PEREZ GOMEZ
CPF: 411.911.619-00
Cargo: Presidente
E-mail: ipaspmj@brturbo.com.br

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei nº 2602/2016 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS CÍVIS MUNICIPAIS DE JAGUARIAÍVA é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de Jaguaraiava da quantia de R\$ 857.240,28 (oitocentos e cinquenta e sete mil e duzentos e quarenta reais e vinte e oito centavos), correspondentes aos valores de Contribuição Patronal (240 meses) devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 01/2010 a 02/2013, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de Jaguaraiava confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 857.240,28 (oitocentos e cinquenta e sete mil e duzentos e quarenta reais e vinte e oito centavos), será pago em 240 (duzentos e quarenta) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 3.571,83 (três mil e quinhentos e setenta e um reais e oitenta e três centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 3.571,83 (três mil e quinhentos e setenta e um reais e oitenta e três centavos), vencerá em 31/08/2016 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irrevogável, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimos de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero virgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, conforme Lei nº 2602/2016.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimos de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero virgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimos de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero virgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 2,00% (dois por cento).

Cláusula Quarta - DA VINCULAÇÃO DO FPM

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento dos valores:
a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira;
b) das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas, na forma da legislação do ente.
A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer das seguintes situações:

- a) infração de qualquer das cláusulas do termo;
- b) falta de pagamento de 3 (três) prestações consecutivas ou alternadas;
- c) ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de março de 2013, por 3 (três) meses consecutivos ou alternados;
- d) a revogação da Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irrevogável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.



Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Jaguaraiava - PR / 01/07/2016

Prefeitura Municipal de Jaguaraiava
JOSÉ SLOBODA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS MUNICIPAIS DE JAGUARAIÁ
CARLOS PEREZ GOMEZ

Testemunhas:

MARCUS EVANDRO GIAROLA
ADVOGADO
CPF: 763.456.379-04
RG: 53244785

GISLAINE PAULA BRAGANTIN GIAROLA
ADVOGADO
CPF: 018.253.559-24
RG: 69976085

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00513/2016)**

DEVEDOR

Ente Federativo/UF: Jaguaraiava/PR CNPJ: 76.910.900/0001-38
Endereço: PRAÇA ISABEL BRANCO, Nº 142
Bairro: CIDADE ALTA CEP: 84200-000
Telefone: (043) 3535-9400 Fax: (043) 3535-9400
E-mail: gabinete@jaguaraiava.pr.gov.br
Representante legal: JOSÉ SLOBODA
CPF: 529.333.009-82
Cargo: Prefeito Complemento: PREFEITO
E-mail: gabinete@jaguaraiava.pr.gov.br Data início da gestão: 19/09/2013

CREDOR

Unidade Gestora: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS SERVIDORES CNPJ: 72.376.916/0001-51
Endereço: RUA LEONIDAS FERREIRA DE BARROS, Nº 12
Bairro: CIDADE ALTA CEP: 84200-000
Telefone: (043) 3535-4909 Fax: (043) 3535-4909
E-mail: ipaspmj@btrturbo.com.br
Representante legal: CARLOS PEREZ GOMEZ
CPF: 411.911.619-00
Cargo: Presidente Complemento:
E-mail: ipaspmj@btrturbo.com.br Data início da gestão: 14/04/2016

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei nº 2602/2016 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS MUNICIPAIS DE JAGUARAIÁ É CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de Jaguaraiava da quantia de R\$ 988.235,32 (novecentos e oitenta e oito mil e duzentos e trinta e cinco reais e cinquenta centavos), correspondentes aos valores de Contribuição Patronal devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 03/2013 a 06/2015, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.



SAMAE

PORTARIA Nº 17/2016

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaguaraiava - PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas, de acordo com o Decreto nº 085/2015, com a Lei nº 2323/2011 e ainda diante da necessidade administrativa desta Autarquia Municipal;

Considerando a autoridade do Diretor Presidente do SAMAE, nos termos do art. 8º, da Lei Municipal n. 2071/2009;

Considerando que para realização de Concurso Público para preenchimento de vagas no Serviço Autônomo de Água e Esgoto é necessário que haja Portaria que defina a cobrança de taxa de inscrição, eis que não há lei específica para a cobrança de tal taxa.

RESOLVE

Art. 1º - Os valores cobrados referentes às taxas de inscrições em qualquer certame deve respeitar o limite máximo de 3% do vencimento de cada cargo, especificamente para o Concurso Público que será realizado neste ano para os seguintes cargos: Advogado, Agente Administrativo, Almoxarife, Auxiliar de Operação e Manutenção, Engenheiro Civil, Leiturista, Operador de Estação de Tratamento de Água, Pedreiro e Técnico em Saneamento, serão cobrados conforme a tabela abaixo:

Cargos	Carga Horária Semanal	Vencimento Jun/2016 R\$ 11	Valor de Inscrição R\$
Advogado	20 horas	4.129,62	100,00
Agente Administrativo	40 horas	1.959,83	55,00
Almoxarife	40 horas	1.598,20	45,00
Auxiliar de Operação e Manutenção	40 horas	1.137,46	30,00
Engenheiro Civil	40 horas	3.508,58	100,00
Leiturista	40 horas	1.598,20	45,00
Operador de Estação de Tratamento de Água	40 horas	2.190,63	60,00
Pedreiro	40 horas	1.598,20	45,00
Técnico em Saneamento	40 horas	2.190,63	60,00

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Publique-se. Registre-se e Anote-se.

Jaguaraiava-PR, 30 de Junho de 2016.

REGINALDO APARECIDO CHEIRUBIM
Diretor Presidente do SAMAE
Decreto nº 085/2015

Pelo presente instrumento o/a Municípios de Jaguaraiava confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 988.235,32 (novecentos e oitenta e oito mil e duzentos e trinta e cinco reais e cinquenta centavos), será pago em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 16.470,59 (dezesseis mil e quatrocentos e setenta reais e cinquenta e nove centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 16.470,59 (dezesseis mil e quatrocentos e setenta reais e cinquenta e nove centavos), vencerá em 31/08/2016 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irredutível, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero virgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, conforme Lei nº 2602/2016.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero virgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescido de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero virgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 2,00% (dois por cento).

Cláusula Quarta: DA VINCULAÇÃO DO FPM

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento dos valores:
a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira;
b) das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas, na forma da legislação do ente.
A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, qualquer das seguintes situações:

- a) a infração de qualquer das cláusulas do termo;
- b) a falta de pagamento de 3 (três) prestações consecutivas ou alternadas;
- c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de março de 2013, por 3 (três) meses consecutivos ou alternados;
- d) a revogação da Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo de parcelamento em confissão definitiva e irredutível do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Jaguaraiava - PR / 01/07/2016

Prefeitura Municipal de Jaguaraiava
JOSÉ SLOBODA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS MUNICIPAIS DE JAGUARAIÁ
CARLOS PEREZ GOMEZ

Testemunhas:

MARCUS EVANDRO GIAROLA
ADVOGADO
CPF: 763.456.379-04
RG: 53244785

GISLAINE PAULA BRAGANTIN GIAROLA
ADVOGADO
CPF: 018.253.559-24
RG: 69976085

PORTARIA Nº 018/2016

Súmula: Dispõe sobre o afastamento dos servidores municipais candidatos a mandato eletivo a título de desincompatibilização para concorrer ao pleito a ser realizado em 02 de outubro de 2016, e dá outras providências.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaguaraiava - PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas, de acordo com o Decreto nº 85/2015, art. 8º da Lei nº 2071/2009;

Considerando as disposições constantes da Lei Complementar Federal nº 64, de 18 de maio de 1990, bem como as disposições constantes na Resolução do Tribunal Superior Eleitoral nº 23.450, de 10 de Novembro de 2015 - que dispõe sobre o Calendário Eleitoral de 2016 e a Resolução nº 23.455 de 15 de dezembro de 2015 - que dispõe sobre a escolha e registro de candidatos;

Considerando, a necessidade de disciplinar o procedimento para afastamento, com percepção de vencimentos integrais, dos servidores municipais candidatos a mandato eletivo no pleito a ser realizado em 02 de outubro de 2016;

Considerando a necessidade de se formalizar o ato de afastamento do servidor na forma pleiteada;

Considerando o constante nos Requerimentos de pedido de descompatibilização,

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER Licença para Atividade Política, aos servidores públicos municipais da administração direta, titulares de cargos efetivo, que, candidatos a cargo eletivos das eleições de 02/10/2016, vieram se afastar do exercício de seu cargo ou função, ficando assegurado, nos termos da Lei Complementar Federal nº 64, de 18 de maio de 1990, o direito a percepção integral de seus vencimentos ou salário.

Parágrafo Único. O afastamento terá início no dia 02/07/2016.

Art. 2º. Para efeito no exposto no art. 1º o servidor deverá protocolizar junto ao Departamento de Recursos Humanos, imprimevelmente até 01/07/2016, requerimento de desincompatibilização, devidamente instruído com certidão de filiação partidária emitida pela Justiça Eleitoral.

Parágrafo Único - A Certidão de Filiação Partidária Emitida pela Justiça Eleitoral não poderá ser substituída por outro documento.

Art. 3º. O Servidor deverá apresentar, junto com o requerimento, os seguintes documentos:

I - cópia autenticada da convenção partidária que indicou ao pleito, devidamente rubricada pela Justiça Eleitoral, até o quinto dia útil, contado a partir da data da escolha dos candidatos da respectiva convenção;

II - certidão expedida pela Justiça Eleitoral, da decisão do pedido de registro da candidatura, inclusive se impugnado, até o dia 13/09/2016;

III- certidão expedida pela justiça eleitoral atestando interposição de recurso, perante ao TRE da decisão que indeferiu o registro de sua candidatura: até o terceiro dia útil do protocolo do recurso;

IV- certidão expedida pela justiça eleitoral atestando interposição de recurso, perante ao Superior Tribunal Eleitoral da decisão que indeferiu o registro de sua candidatura: até o terceiro dia útil do protocolo do recurso.

§ 1º Do requerimento de trata o caput, deste artigo constará, obrigatoriamente, o número do processo que versa sobre o afastamento com o qual serão juntados os documentos que são solicitados.

§ 2º. A regularidade do afastamento fica condicionada a apresentação dos documentos de que trata este artigo.

§ 3º. A não apresentação destes documentos nos prazos estabelecidos neste artigo, acarretará na suspensão dos vencimentos ou salários até a data da efetiva apresentação, nos termos da lei vigente.

Art. 4º. O servidor deverá assumir o cargo ou função no primeiro dia útil subsequente.

I - a da realização da convenção partidária, caso o seu nome não seja referendado a candidatura;

II- da não confirmação da indicação do servidor/substituto como candidato ao pleito no prazo estabelecido no art. 13 da Lei 9504/87;

III- a da decisão que indeferiu ou cancelou ao registro de sua candidatura, se contra ela não interpusse recurso perante o TER- Tribunal Regional Eleitoral;

IV - a da decisão que julgou improcedente o recurso interposto contra o indeferimento ou cancelamento de sua candidatura, se contra ela não interpusse recurso perante o Superior Tribunal Regional Eleitoral;

V- a da decisão que julgou improcedente o recurso interposto contra o acórdão do TSE- Tribunal Superior Eleitoral;

VI- a da data do protocolo do pedido de sua desistência da candidatura;



SEMANÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA - PR



Jaguariaíva, 08 de julho de 2016

Pág. 12

VII- ao da ocorrência de qualquer outro fato que trone injustificada a continuidade do afastamento;

VIII- ao das eleições.

Parágrafo Único. o servidor indicado como candidato substituto, nos termos do artigo 13 da Lei 9504/87, só poderá excepcionalmente, permanecer afastado de suas funções até a data das eleições nas hipóteses do recurso de indeferimento do candidato substituto ou do seu pedido de desistência não serem apreciados na Justiça eleito, nos termos do prazos legais, mediante comprovação da sua condição de substituto e de seu enquadramento e uma das hipóteses acima mencionadas.

Art. 5º. A não reassunção do exercício do cargo ou função nas datas estabelecidas no art. 4º deste decreto implicará a conversão dos respectivos dias.

§ 1º. Os valores correspondentes aos dias das faltas ditas como injustificadas, serão descontados dos vencimentos do servidor.

§ 2º. Em caso de indícios de fraude ou má fé, será imediatamente determinado a instauração de PAD - Procedimento Administrativo Disciplinar.

Art. 6º. Aos servidores empregados um das autarquias se aplicará no que couber o estabelecido nesse Decreto.

Art. 7º. Fica o servidor abaixo relacionado afastado de suas funções do período de 02 de julho de 2016 até 02 de outubro de 2016:

Protocolo: 534/2016
Nome: Tiago André Rodrigues
Lotado: SAMAE

Art. 8º. Deve o Setor de Recursos Humanos tomar as providências necessárias para a oficialização deste Ato.

Art. 9º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 01 de julho de 2016.

Art. 10. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Jaguariaíva, 01 de julho de 2016.

REGINALDO APARECIDO CHEIRUBIM
Diretor Presidente

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL S.R.P 015/2016 PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

- 1) Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM;
2) Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SULFATO DE ALUMÍNIO E CAL HIDRATADA, PARA TRATAMENTO DE ÁGUA. Descritos no Edital e anexo;
3) Data e Horário: 20/07/2016 às 09:30 horas
4) Local: Rua Porto Velho, 140, Jaguariá, Paraná.

5) Informações: O edital e seus anexos estão à disposição na sede do SAMAE, na Rua Porto Velho, 140, no Município de Jaguariá, PR, telefone (43) 3535-1579/3535-9219.

Jaguariaíva, 08 de Julho de 2016.

Nei Aparecido Camilo
Pregoeiro do SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL S.R.P Nº 013/2016

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaguariá torna-se público para conhecimento de proponentes e de quem mais possa interessar que o PROCEDIMENTO LICITATÓRIO oriundo da licitação epigrafada, que teve por objeto: "contratação de empresa para fornecimento de um tanque, com rodas ar 16", para transporte de resíduos líquidos químicos industriais ou orgânicos, e serviços de limpeza de fossas, com bomba a vácuo" diante da ausência de interessados no âmbito do Pregão acima referido, torna-se pública, licitação DESERTA. Considerando a observância, em toda a tramitação, dos preceitos constantes no edital, na Lei Federal nº 10.520/02, e não haver interessados.

Jaguariaíva, 30 de Junho de 2016.

Reginaldo Aparecido Cheirubim
Diretor Presidente

RATIFICAÇÃO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 014/2016

Onde se lê, Retrospecavadeira nova potência mínima líquida de 84 HP, 4 x 4 turbo com transmissão com no mínimo 4 marchas à frente e 4 marchas à ré. Cabine fechada de fábrica, equipada com ar condicionado tipo ROPS e FOPS, o correto é 79 HP de potência mínima líquida.

NEI APARECIDO CAMILO
Chefe do Setor de Compras e Licitações

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

Fundamentado nos termos do art. 25 inciso I da Lei de Licitações, RATIFICO a INEXIGIBILIDADE Nº 013/2016 para a revisão de 60.000 (sessenta mil) quilômetros, do veículo Montana placa AVM 5451, bem como troca de cardã da caixa de transferência do veículo caminhonete S-10 placa ALK 5942. Conforme orçamentos anexos e conforme documentos que integram este certame:

Empresa: KUGLER VEICULOS LTDA
CNPJ: 76.108.653/0001-50
Valor Global Máximo: R\$ 4.899,78
Dotação: 33.90.30.39.99

Jaguariaíva, 21 de Junho de 2016.

Reginaldo Aparecido Cheirubim
Diretor Presidente

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

Fundamentado no art. 25 inciso I da Lei de Licitações, RATIFICO a INEXIGIBILIDADE Nº 014/2016, para aquisição de peças para conserto de uma Moto-Bomba de sucção de esgoto da elevatória do Bairro Santa Cecília, Município de Jaguariá. Conforme orçamentos anexos conforme documentos que integram este certame:

Empresa: C.O. Mueller Comércio de Motores e Bombas Ltda.
CNPJ: 76.511.260/0001-93
Valor Global Máximo: R\$ 8.620,80
Dotação: 33.90.30.39.99

Jaguariaíva, 22 de Junho de 2016

Reginaldo Aparecido Cheirubim
Diretor Presidente

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL S.R.P Nº 012/2016

Diante da ausência de interposição de recursos no âmbito do Pregão acima referido, torna-se pública a homologação do procedimento licitatório que versa sobre a contratação de Empresa para fornecimento de Peças Automotivas leves e pesadas, originais para os veículos da Frota do SAMAE, em favor da Empresa F. DELGADO & CIA - ME CNPJ 75.659.839/0001-35, pelo Lote 01, no valor total de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais). Conforme o Anexo I, do Edital do Pregão Presencial 012/2016, para atender esta autarquia. Haja vista a observância, em toda a tramitação, dos preceitos constantes no edital e na Lei Federal nº 10.520/02.

Jaguariaíva, 01 de Julho de 2016.

REGINALDO APARECIDO CHEIRUBIM
Diretor Presidente



CÂMARA MUNICIPAL

Câmara Municipal de Jaguariá - 2016
Relatório de empenhos por fornecedor
Período: 01/06/2016 até 30/06/2016

Empenho

Número	Tipo	Conta	Fonte	Unidade	Projeto/Atividade	Data	Natureza	Valor empenhado
256-8 ADILSON PASSOS FELIX	O	6	00001	01001	01031.0001.2001	07/06/2016	3.390.14.1403 AGENTES POLITICOS	891,94
Histórico								
REFERENTE ATO DE CONCESSÃO DE 02 (DUAS) DIÁRIAS AO SENHOR ADILSON PASSOS FELIX VEREADOR PRESIDENTE PARA VIAGEM A CIDADE DE CURITIBA TRATANDO DE ASSUNTOS RELEVANTES A LEGISLATURA, COM SAÍDA NO DIA 08/06/2016 E RETORNO NO DIA 08/06/2016.								
260/2016	O	6	00001	01001	01031.0001.2001	21/06/2016	3.390.14.1403 AGENTES POLITICOS	445,97
Histórico								
REFERENTE ATO DE CONCESSÃO DE 01 (UMA) DIÁRIA AO SENHOR ADILSON PASSOS FELIX VEREADOR PRESIDENTE PARA VIAGEM A CIDADE DE CURITIBA, PARA PARTICIPAR DE REUNIÃO, PARA TRATAR DE ASSUNTOS RELACIONADOS A VEREAÇÃO, COM SAÍDA NO DIA 22/06/2016 E RETORNO NO DIA 22/06/2016.								
272/2016	O	6	00001	01001	01031.0001.2001	30/06/2016	3.390.14.1403 AGENTES POLITICOS	222,96
Histórico								
REFERENTE ATO DE CONCESSÃO DE 04 (QUATRO) DIÁRIAS AO SENHOR ADILSON PASSOS FELIX VEREADOR PRESIDENTE PARA VIAGEM A CIDADE DE PORTA GROSSA PARA PARTICIPAR DE REUNIÃO PARA TRATAR DE ASSUNTOS RELACIONADOS A VEREAÇÃO, COM SAÍDA NO DIA 01/07/2016 E RETORNO NO DIA 01/07/2016.								
1145-2 ALENCAR ALVES DE MELLO	O	6	00001	01001	01031.0001.2001	10/06/2016	3.390.14.1403 AGENTES POLITICOS	445,97
Histórico								
REFERENTE ATO DE CONCESSÃO DE 01 (UMA) DIÁRIA AO SR. ALENCAR ALVES DE MELLO PARA VIAGEM A CIDADE DE CURITIBA PR NOS DIAS 13/06/2016 A 14/06/2016, REUNIÕES COM OS DEPUTADOS LUIZ FERRAZ, FERNANDO MELLO, CARA CIVIL.								
862-2 CLAYTON ROBERTO FERNANDES PASSOS	O	6	00001	01001	01031.0001.2001	10/06/2016	3.390.14.1401 SERVIDORES EFETIVOS	969,89
Histórico								
ATO DE CONCESSÃO DE 01 (UMA) DIÁRIA AO SERVIDOR SENHOR CLAYTON ROBERTO FERNANDES PASSOS, PARA VIAGEM A CIDADE DE CURITIBA NOS DIAS 13-14-16-16/2016 A 14/06/2016, REUNIÕES COM OS DEPUTADOS LUIZ FERRAZ, FERNANDO MELLO, CARA CIVIL.								
261/2016	O	6	00001	01001	01031.0001.2001	21/06/2016	3.390.14.1401 SERVIDORES EFETIVOS	659,26
Histórico								
REFERENTE ATO DE CONCESSÃO DE 02 (DUAS) DIÁRIAS AO SR. CLAYTON ROBERTO FERNANDES PASSOS, VIAGEM A CIDADE DE PORTA GROSSA-PR COM SAÍDA NO DIA 27/06/2016 E RETORNO NO DIA 29/06/2016, PARTICIPAR DO FORUM LICITAÇÕES SEGUNDO O TRIBUNAL DE CONTAS DO PARANÁ NOS DIAS 28 E 29 DE JUNHO.								
277-1 ELIZANDRO RODRIGUES DE MELLO	O	6	00001	01001	01031.0001.2001	21/06/2016	3.390.14.1401 SERVIDORES EFETIVOS	853,16
Histórico								
REFERENTE ATO DE CONCESSÃO DE 02 (DUAS) DIÁRIAS AO SR. ELIZANDRO RODRIGUES DE MELLO, VIAGEM A CIDADE DE PORTA GROSSA-PR COM SAÍDA NO DIA 27/06/2016 E RETORNO NO DIA 29/06/2016, PARTICIPAR DO FORUM LICITAÇÕES SEGUNDO O TRIBUNAL DE CONTAS DO PARANÁ NOS DIAS 28 E 29 DE JUNHO.								
862-2 FABRICIO ZEMER DA CRUZ	O	6	00001	01001	01031.0001.2001	21/06/2016	3.390.14.1401 SERVIDORES EFETIVOS	853,16
Histórico								
REFERENTE ATO DE CONCESSÃO DE 02 (DUAS) DIÁRIAS AO SR. FABRICIO ZEMER DA CRUZ, VIAGEM A CIDADE DE PORTA GROSSA-PR COM SAÍDA NO DIA 27/06/2016 E RETORNO NO DIA 29/06/2016, PARTICIPAR DO FORUM LICITAÇÕES SEGUNDO O TRIBUNAL DE CONTAS DO PARANÁ NOS DIAS 28 E 29 DE JUNHO.								
865-6 GILBERTO MUSSI	O	6	00001	01001	01031.0001.2001	01/06/2016	3.390.14.1403 AGENTES POLITICOS	1.337,91
Histórico								
REFERENTE ATO DE CONCESSÃO DE 02 (DUAS) DIÁRIAS AO SR. GILBERTO MUSSI PARA VIAGEM A CIDADE DE CURITIBA-PR NOS DIAS 02/06/2016 A 03/06/2016, REUNIÕES COM OS DEPUTADOS LUIZ FERRAZ E PLACATO PARA TRATAR DE ASSUNTOS RELACIONADOS A VEREAÇÃO.								
259/2016	O	6	00001	01001	01031.0001.2001	10/06/2016	3.390.14.1403 AGENTES POLITICOS	445,97
Histórico								
REFERENTE ATO DE CONCESSÃO DE 01 (UMA) DIÁRIA AO SR. GILBERTO MUSSI PARA VIAGEM A CIDADE DE CURITIBA-PR NOS DIAS 13/06/2016 A 14/06/2016, REUNIÕES COM OS DEPUTADOS LUIZ FERRAZ, PLACATO MRO GUIMARÃES E HOLLESEN MELLO.								
862-1 JOSE MARCOS PESSA FILHO	O	6	00001	01001	01031.0001.2001	07/06/2016	3.390.14.1403 AGENTES POLITICOS	2.319,85
Histórico								
REFERENTE ATO DE CONCESSÃO DE 02 (DUAS) DIÁRIAS AO SENHOR JOSE MARCOS PESSA FILHO VEREADOR PARA VIAGEM A CIDADE DE CURITIBA TRATANDO DE ASSUNTOS PERTINENTES A VEREAÇÃO, COM SAÍDA NO DIA 08/06/2016 E RETORNO NO DIA 10/06/2016.								
232/2016	O	6	00001	01001	01031.0001.2001	07/06/2016	3.390.14.1403 AGENTES POLITICOS	891,94
Histórico								
REFERENTE ATO DE CONCESSÃO DE 02 (DUAS) DIÁRIAS AO SENHOR JOSE MARCOS PESSA FILHO VEREADOR PARA VIAGEM A CIDADE DE CURITIBA TRATANDO DE ASSUNTOS PERTINENTES A VEREAÇÃO, COM SAÍDA NO DIA 08/06/2016 E RETORNO NO DIA 10/06/2016.								
270/2016	O	6	00001	01001	01031.0001.2001	27/06/2016	3.390.14.1403 AGENTES POLITICOS	445,97
Histórico								
REFERENTE ATO DE CONCESSÃO DE 01 (UMA) DIÁRIA AO SENHOR JOSE MARCOS PESSA FILHO VEREADOR PARA VIAGEM A CIDADE DE CURITIBA, PARA PARTICIPAR DE REUNIÕES NA ASSEMBLEIA TRATANDO DE ASSUNTOS PERTINENTES A LEGISLATURA, COM SAÍDA NO DIA 28/06/2016 E RETORNO NO DIA 30/06/2016.								
917-2 JULIANO CLARO PEREIRA	O	6	00001	01001	01031.0001.2001	21/06/2016	3.390.14.1401 SERVIDORES EFETIVOS	853,16
Histórico								
REFERENTE ATO DE CONCESSÃO DE 02 (DUAS) DIÁRIAS AO SR. JULIANO CLARO PEREIRA, VIAGEM A CIDADE DE PORTA GROSSA-PR COM SAÍDA NO DIA 27/06/2016 E RETORNO NO DIA 29/06/2016, PARTICIPAR DO FORUM LICITAÇÕES SEGUNDO O TRIBUNAL DE CONTAS DO PARANÁ NOS DIAS 28 E 29 DE JUNHO.								

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<https://seceweb.procergs.com.br/verificadorweb/filtro.html?faces-redirect=true>



Câmara Municipal de Jaguariá - 2016
Relatório de estorno de empenhos por fornecedor
Período: 01/06/2016 até 30/06/2016

Empenho

Número	Tipo	Data	Empenho	Tipo	Conta	Fonte	Unidade	Projeto/Atividade	Data empenho	Natureza de despesa	Valor estornado
862-1 JOSE MARCOS PESSA FILHO	O	6	00001	01001	01031.0001.2001	07/06/2016	3.390.14.1403 AGENTES POLITICOS	961,94			961,94
Histórico											
REFERENTE DESPESA NA LICITAÇÃO DO VALOR											
											961,94
Total:											
Crédito de seleção:											
Empenho de exercício											
Conta de despesa 6											
Impenho histórico do empenho											
Empenho por: Juliano Claro Pereira, na versão: 5514 r											06/07/2016 13:26:49

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.